



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SAÚDE

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2021

Giuliano Altieri Vidotto
Secretário de Saúde

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	3
1.1 Informações Territoriais	3
1.2. Secretaria de Saúde	3
1.3. Informações da Gestão	3
1.4. Fundo de Saúde	3
1.5. Plano de Saúde	4
1.6. Informações sobre Regionalização	4
1.7 Conselho de Saúde	4
1.8. Casa Legislativa	5
2. INTRODUÇÃO	5
3. DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE	6
3.1 População estimada por sexo e faixa etária Período: 2020.	6
3.2 Nascidos Vivos	6
3.3 Principais causas de internação.	7
3.4 Mortalidade por grupos de causas Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10.	8
4. DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS	11
4.1 Produção de Atenção Básica	11
4.2 Produção de Urgência e Emergência por Ano de Atendimento e Grupo de Procedimentos	11
4.3 Produção de Atenção Psicossocial por Ano de Atendimento e por Forma de Organização	12
4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos	12
4.5 Produção de Assistência Farmacêutica	12
4.6 Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos	12
5. REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS	13
5.1 Por tipo de estabelecimento e gestão	13
5.2 Por natureza jurídica: Período 12/2021.	14
5.3 Consórcios em saúde	14
6. PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRABALHANDO NO SUS. PERÍODO: 12/2021	16
Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS	17
7. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS	18
7.1 Diretrizes, objetivos, metas e indicadores	18
7.2 Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção	26
8. INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA	33
Análise e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa.	35
9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	36
10. AUDITORIA	51
11. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS	52
12. RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	52
13. ANEXOS	53

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Informações Territoriais

UF	SP	Estado	São Paulo
Área	142,59	População	322.750

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS) - Data da consulta: 05/03/2021

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá
Número CNES	204768-3
CNPJ	11.814.454.0001/12
Endereço	Av. Santos Dumont, 640 - 1º andar - sala 21
Email	sesauguaruja@gmail.com
Telefone	(13) 3308-7791

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá

1.3. Informações da Gestão

Prefeito	Valter Suman
Secretário de Saúde em Exercício	Vitor Hugo Straub Canasiro
E-mail secretário	sesauguaruja@gmail.com
Telefone secretário	(13) 3308-7790

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá

1.4. Fundo de Saúde

Lei de criação	Lei nº 2258
Data de criação	06/08/1992
CNPJ	11.814.454.0001/12
Natureza Jurídica	Contábil
Nome do Gestor do Fundo	Vitor Hugo Straub Canasiro

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado conforme Resolução Normativa 03/18 em fevereiro de 2018

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Baixada Santista

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
BERTIOGA	491.701	66154	134,54
CUBATÃO	142.281	132521	931,40
GUARUJÁ	142.589	324977	2.279,12
ITANHAÉM	599.017	104351	174,20
MONGAGUÁ	143.171	58567	409,07
PERUÍBE	326.214	69697	213,65
PRAIA GRANDE	149.079	336454	2.256,88
SANTOS	280.3	433991	1.548,31
SÃO VICENTE	148.424	370839	2.498,51

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

1.7 Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	Lei nº 2.258 de 06/08/1992	
Endereço	Rua Buenos Aires, 190.	
E-mail	conselhosaudedia@gmail.com	
Telefone	(13) 3354-4930	
Nome do Presidente	José Carlos Simões	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	10
	Gestor/Prestador	5
	Trabalhadores de Saúde	5

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) - Data da consulta: 05/03/2021 (atualizado em 08/03/2022 CSG)

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA 2021	2º RDQA 2021	3º RDQA 2021
Data de entrega do Relatório	Data de entrega do Relatório	Data de entrega do Relatório
28/05/2021	29/09/2021	25/02/2022

Considerações:

As prestações de contas quadrimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Saúde em reuniões ordinárias. Devido à pandemia do Covid-19 a Audiência do 1º Quadrimestre de 2021 em atendimento às exigências da Câmara Municipal foi disponibilizada no site <http://www.camaraguaruja.sp.gov.br> em Audiências Eletrônicas.

As Audiências do 2º e 3º Quadrimestre de 2021, foram apresentadas presencialmente na Câmara Municipal de Guarujá de acordo com os protocolos ministeriais.

2. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Saúde é um instrumento de planejamento no âmbito SUS, que comprova a aplicação dos recursos, execução financeira, resultados das pactuações definidas na Programação Anual da Rede de Saúde de Guarujá e Pactuação Inter federativa de Indicadores de Saúde do ano de 2021. Informa de maneira objetiva, o contexto do município, a organização da rede, as metas programadas e realizadas pelos equipamentos de saúde, norteia a elaboração das novas programações anuais e eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários.

A metodologia de trabalho para construção deste relatório consta das seguintes etapas:

- Levantamento das informações referentes a 2021, a partir de reuniões técnicas com os atores da Secretaria de Saúde nas diversas áreas;
- Análise dos indicadores de saúde e das ações da Programação Anual de Saúde de 2021, comparando as metas pactuadas e os resultados alcançados;
- Elaboração e consolidação das informações;
- Inserção dos dados e análises no Sistema DigiSUS Gestor;
- Envio do Relatório Anual de Saúde (RAG) ao Conselho Municipal de Saúde para apreciação;
- Apresentação do RAG no Conselho Municipal de Saúde para aprovação e/ou ajustes necessários.

Neste exercício, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde realizamos a XIII Conferência Municipal de Saúde “Os enfrentamentos do SUS diante da nova realidade em decorrência da Pandemia” que aprovou 5 propostas em cada eixo. Sendo eles:

Eixo 1. Saúde como direito,

Eixo 2. Princípios e Diretrizes do SUS e

Eixo 3. Financiamento do SUS.

Importante destacar que Guarujá foi a primeira cidade da Baixada Santista a realizar a Conferência de forma virtual, sendo exemplo para as demais cidades.

3. DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE

3.1 População estimada por sexo e faixa etária Período: 2020.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	12.344	11.783	24.127
5 a 9 anos	12.206	11.758	23.964
10 a 14 anos	11.465	11.109	22.574
15 a 19 anos	11.693	11.465	23.158
20 a 29 anos	25.347	25.640	50.987
30 a 39 anos	24.672	25.852	50.524
40 a 49 anos	21.632	24.042	45.674
50 a 59 anos	17.926	20.098	38.024
60 a 69 anos	11.921	13.760	25.681
70 a 79 anos	5.437	7.071	12.508
80 anos e mais	2.054	3.475	5.529
Total	156.697	166.053	322.750

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet) - Data da consulta: 25/01/2022.

3.2 Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Guarujá	4.752	4.442	4.429	4.497	4.191	3.958	3.801

Fonte: Banco de dados SIM/SINASC/VE/Guarujá - 20/01/2022

3.3 Principais causas de internação.

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo Cid-10.

Diagnóstico CID10 (capit)	2017	2018	2019	2020	2021
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	399	474	458	688	1.050
II. Neoplasias (tumores)	687	697	789	696	858
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	82	95	94	82	100
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	386	272	299	314	365
V. Transtornos mentais e comportamentais	106	88	105	89	114
VI. Doenças do sistema nervoso	145	134	154	143	159
VII. Doenças do olho e anexos	43	47	75	71	84
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	11	10	13	7	6
IX. Doenças do aparelho circulatório	992	1.065	1.013	1.030	1.013
X. Doenças do aparelho respiratório	1.013	946	945	585	590
XI. Doenças do aparelho digestivo	1.428	1.488	1.612	1.084	1.234
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	267	217	208	232	181
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	182	190	237	139	192
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	715	800	776	692	714
XV. Gravidez parto e puerpério	3.668	3.740	3.431	3.225	3.015
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	460	443	542	582	566
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	101	82	106	89	103
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	114	128	129	133	128
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1.407	1.359	1.349	1.192	1.146
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	323	352	487	419	422
Total	12.529	12.627	12.822	11.492	12.039

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Data da consulta: 25/01/2022. **Obs.:** A atualização dos valores relativos ao último período ocorre simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4 Mortalidade por grupos de causas Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10.

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	88	90	79	638	856
II. Neoplasias (tumores)	365	325	373	364	364
III. Doenças sangue órgãos hemat e transtimunitár	12	15	11	11	6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	198	199	182	161	262
V. Transtornos mentais e comportamentais	10	13	17	19	25
VI. Doenças do sistema nervoso	88	89	96	71	64
VII. Doenças do olho e anexos	1	0	0	0	0
IX. Doenças do aparelho circulatório	613	620	654	610	742
X. Doenças do aparelho respiratório	149	172	182	182	193
XI. Doenças do aparelho digestivo	138	132	119	128	126
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	12	9	16	15	8
XIII. Doenças sist osteo muscular e tec conjuntivo	11	9	4	7	6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	66	85	92	57	84
XV. Gravidez parto e puerpério	7	0	2	4	4
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	90	93	79	60	44
XVII. Malf cong de formid e anomalias cromossômicas	24	27	30	20	13
XVIII. Sint sinais e achada normex clín e laborat	18	9	10	57	32
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	142	183	145	187	149
XXII. Códigos para propósitos especiais	1	0	1	5	3
Total	2.033	2.070	2.092	2.596	2.981

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET) /VE-Guarujá, Data da consulta: 27/01/2022

Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

O município de Guarujá encontra-se localizado no Estado de São Paulo, na segunda Região Administrativa, sub-região de Santos, composta por 9 municípios. Têm como vias de acesso as rodovias Piaçaguera (cônego Domênico Rangoni), Travessias de Balsa do Ferry Boat e Vicente de Carvalho para Santos, Travessia de Balsa para Bertioga, travessia de Santa Cruz dos Navegantes para Santos e a Rodovia Guarujá Bertioga.

O crescimento populacional não foi planejado por políticas habitacionais, o que resulta em grande adensamento urbano desordenado e ocupação de áreas de encostas que sobrecarrega a

infraestrutura básica, formando moradias em áreas de risco e loteamentos clandestinos. A população estimada em 2021 é de 324.977 habitantes (Fonte: IBGE) e o IDHM 0,751 (Fonte: IBGE 2010).

Segundo o SEADE, a média da taxa de crescimento entre o ano de 2010 e 2020 foi de 0,85%, inferior à da região administrativa, que está em 0,96% a. m., e superior à média do estado, que é de 0,78% ao ano. Guarujá tem como característica a alta densidade demográfica com 2.201,63 habitantes por km², quase três vezes maior do que a região da Baixada Santista, que apresenta uma média de 759,99 habitantes por km².

MORBIDADE

Apontamos que 25% das internações estão relacionadas à Gravidez Parto e Puerpério, seguidas das por doenças do aparelho digestivo (10,25%), lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (9,52%), algumas doenças infecciosas e parasitárias (8,71%), doenças do aparelho circulatório (8,41) e as neoplasias (tumores) com (7,13%).

As internações por doenças do aparelho digestivo apresentaram um aumento de 14% em relação ao ano anterior. Já as internações por causas externas vêm diminuindo nos últimos 5 anos, reduzindo de 1.407 internações em 2017 para 1.146 em 2021.

As doenças infecciosas e parasitárias apresentaram um aumento de 52,62% em relação ao ano de 2020, passando de 688 para 1.050 internações relacionadas ao Covid-19.

Importante destacar que foram mantidos os leitos de retaguarda nas nossas unidades de urgência e emergência, assim como foram criados 50 novos leitos para Covid-19 no Hospital de Campanha do Jardim Progresso, onde vários pacientes ficaram sob cuidados básicos e intermediários nas nossas unidades que não foram contabilizados como internação, pois não geraram AIH, elevando ainda mais o número de casos atendidos por Covid-19.

Este fato aponta o quanto é frágil e morosa a resposta do sistema frente aos eventos dessa proporção, tanto pelo SUS com burocracias excessivas para autorização de novos leitos, quanto ao cadastro e alimentação de bancos de dados, o que acarreta em prejuízo financeiro e série histórica de internações municipais.

Em virtude da Pandemia e com diversas dificuldades pela falta de insumos, equipamentos e recursos humanos, ainda assim, conseguimos ampliar o número de leitos de retaguarda, enfermaria e UTI para Covid-19, que possibilitou a melhoria do acesso dos usuários aos serviços de saúde.

MORTALIDADE

A taxa de mortalidade geral no Guarujá em 2021 foi de 9,16/1.000 habitantes, superior ao ano anterior que foi de 8,04/1.000 habitantes, apresentando aumento de 14%, concentrando-se principalmente em doenças infecciosas e parasitárias com 28,72%, seguido pelas doenças do aparelho circulatório (24,89%), neoplasias (12,21%), doenças endócrinas e metabólicas (8,79%), doenças do aparelho respiratório (6,47%), causas externas de morbidade e mortalidade (5%), representando juntas 86,08% do total de 2.981 óbitos em residentes do município.

As mortes por **doenças infecciosas e parasitárias** apresentaram um aumento de 34,17% dos óbitos em relação ao ano anterior que passou de 638 para 856 óbitos, sendo que mais de 90% dos óbitos relacionados ao Covid-19, com 91% destes óbitos com maior incidência na faixa etária acima de 40 anos, seguidos por outras doenças virais (4,09%) e outras doenças bacterianas (3,5%).

Nas doenças do **aparelho circulatório** mais de 68% foram de doenças isquêmicas do coração e doenças cerebrovasculares, na faixa etária acima de 30 anos. O infarto agudo do miocárdio representou 30,32% dos óbitos, com 2 casos na faixa etária de 15 a 19 anos e 223 casos acima de 30 anos. As outras doenças cardíacas representaram 14,69% dos óbitos e as doenças hipertensivas (14,15%) na faixa etária acima de 30 anos.

Observamos que as mortes por **neoplasias malignas** da traquéia, brônquios e pulmões (15%) e restante de neoplasias malignas (15%), juntas corresponderam a 30% dos óbitos acometendo mais as faixas etárias acima de 50 anos. Seguidos por neoplasias malignas de próstata (7%) na faixa etária acima de 50 anos, do estômago (7%) acima de 40 anos, fígado e vias biliares (7%) acima de 30 anos, de mama (7%) acima de 30 anos e do colo, reto e anus (7%) acima de 40 anos.

As doenças **endócrinas, nutricionais e metabólicas** apresentaram um aumento de 63,79% dos óbitos em relação ao ano anterior, sendo o maior número de óbitos desta causa nos últimos 5 anos sendo 84,35% relacionados a Diabetes Mellitus na faixa etária acima de 20 anos.

As causas por doenças do **aparelho respiratório** representaram 6,47% dos óbitos, destas 46,11% por pneumonia com 2 óbitos em menores de 1 e os demais acima de 20 anos, e 31,09% por doenças crônicas das vias áreas inferiores, na faixa etária acima de 40 anos.

As **causas externas** apresentaram uma redução de 20,32% em relação ao ano anterior, porém manteve a oscilação dos últimos cinco anos, e este ano representaram 5% dos óbitos. Destes óbitos, 22,15% ocorreram por queda, com maior predominância na faixa etária acima de 80 anos, 17,45% por lesões autoprovocadas voluntariamente e 15,44% por agressões entre a faixa etária de 10 a 69 anos.

Apontamos a necessidade de aportes financeiros na média e alta complexidade, especialmente melhorando o acesso ao diagnóstico e tratamento precoces, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente evitando a evolução ao óbito.

Importante ressaltar que a pandemia por COVID-19 impactou na mortalidade geral do município, elevando as doenças infectocontagiosas de um longínquo 8º lugar para se tornar a principal causa de mortalidade dos últimos 2 anos. Assim como as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, as demais causas de óbito se mantiveram estáveis, porém o impacto na organização dos serviços e acesso contribuiu para que os esforços para redução desses índices não surtiram efeito, seja pela procura tardia de casos complicados aos serviços de saúde, ou pela redução da oferta dos serviços pelo atendimento aos critérios ministeriais.

4. DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS

4.1 Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	186.489
Atendimento Individual	197.234
Procedimento	86.249
Atendimento Odontológico	17.914

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2 Produção de Urgência e Emergência por Ano de Atendimento e Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	16.193	1.132.226,05	6	11.654,23
03 Procedimentos clínicos	28.592	143.202,44	5273	11.398.641,80
04 Procedimentos cirúrgicos	5.043	168.682,68	2443	4.206.504,36
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	16	43.624,25
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	5	2.411,70	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	49.833	1.446.522,87	7.738	15.660.424,64

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS - (SIH/SUS).
Data da consulta 08/02/2022.

4.3 Produção de Atenção Psicossocial por Ano de Atendimento e por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma organização	Quantidade aprovada	Valor Aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	13.340	R\$ 2.645,74

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 08/02/20221.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	6.401	837,00	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.677.038	11.890.548,19	7	12.307,34
03 Procedimentos clínicos	2.682.730	17.899.946,23	5289	11.418.195,19
04 Procedimentos cirúrgicos	13.170	632.278,53	3929	5.746.570,21
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	58	6.670,00	26	64.441,81
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	620	102.857,34	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	4.380.017	30.533.137,29	9.251	17.241.514,55

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).
Data da consulta: 08/02/2022.

4.5 Produção de Assistência Farmacêutica

(Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal).

4.6 Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. Aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	398	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4.449	-
Total	4.847	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da consulta: 08/02/2022.

Considerações: Em 2021 os serviços foram mantidos, porém com impacto nas ações e procedimentos realizados devido ao Covid-19 e a intervenção do Contrato da OS Pró Vida que gerenciava as 15 Unidades de Saúde da Família e o Pronto Socorro Dr. Matheus Santamaria.

5. REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS

5.1 Por tipo de estabelecimento e gestão

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos			
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal
Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	0	0	8
Farmácia	0	0	3
Centro de saúde/unidade básica	0	0	22
Hospital geral	0	1	2
Centro de atenção psicossocial	0	0	4
Unidade de apoio diagnose e terapia (SADT isolado)	0	0	7
Posto de saúde	0	0	2
Central de gestão em saúde	0	0	1
Pronto socorro geral	0	0	2
Clínica/centro de especialidade	0	0	4
Unidade de vigilância em saúde	0	0	2
Pronto atendimento	0	0	3
Policlínica	0	0	9
Hospital/dia – isolado	0	0	1
Central de regulação do acesso	0	0	1
Total	0	1	71

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS.

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Data da consulta: 08/03/2022.

5.2 Por natureza jurídica: Período 12/2021.

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica.

NATUREZA JURÍDICA	MUNICIPAL	ESTADUAL	TOTAL
Administração Pública			
Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal	0	01	01
Município	59	0	59
Entidades Empresariais			
Sociedade Simples Ltda	1	0	01
Sociedade Empresária Limitada	4	0	04
Entidades sem Fins Lucrativos			
Associação Privada	07	0	07
Pessoas Físicas			72
Total	71	01	72

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS. Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) - Data da consulta: 08/03/2022.

5.3 Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde.

Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- **Atenção Básica:** em Guarujá é caracterizada como porta de entrada do SUS, compreende 21 unidades de saúde, considerando 05 unidades básicas tradicionais, 14 de Estratégia de Saúde da Família e 2 Unidades Mistas (Equipes de Atenção Básica tradicional e Saúde da Família – Santa Rosa e Vila Baiana), além de contar com uma equipe de consultório na rua.
- **Atenção Especializada:** 07 Unidades; sendo: **01 Ambulatório de Referência em Especialidades – ARE:** Com atendimento em Ortopedia, Cardiologia, Urologia, Reumatologia, Cirurgia Geral, Neurologia/ Neurologia Infantil, Hematologia, Endocrinologia, Geriatria, Cirurgia Plástica, Vascular, Gastrologia, Endocrinologia, Nefrologia, Pequenas Cirurgias; além do Serviço de Ultrassonografia;
- 01 Instituto da Mulher:** com atendimento em Pré Natal de Risco, Mastologia, Colposcopia/ Vulvoscopia, Cirurgia Ginecológica, e Planejamento Familiar;
- 01 Ambulatório de Especialidades em Obesidade Infanto Juvenil e Diabetes;**
- 01 Centro de Referência em Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia:** que oferece suporte para a Atenção Básica, além de apoio às crianças matriculadas nas escolas da rede pública Estadual e Municipal, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, através de ações de reabilitação;
- 02 núcleos de Fisioterapia, um em**

Vicente de Carvalho, outro no Guarujá, possibilitando melhor acesso aos usuários e **01 Centro de Especialidade Odontológica – CEO**.

Como alternativa terapêutica de qualidade, o município disponibiliza o Serviço de Internação Domiciliar, que tem como objetivo a humanização do paciente em tratamento de média e longa permanência contribuindo para a redução de leitos hospitalares.

Saúde Mental: 4 unidades, sendo: **01 CAPS Infante Juvenil, 1 CAPS II, 1 CAPS AD e 1 CAPS III**. As práticas realizadas nos CAPS se caracterizam por ocorrerem em ambiente aberto, acolhedor e inserido na cidade. Os projetos desses serviços, muitas vezes ultrapassam a estrutura física, em busca da rede de suporte social, preocupando-se com o sujeito e sua singularidade, história, cultura e vida cotidiana, além de uma Residência Terapêutica e um consultório na rua.

Farmácia: Possui 3 unidades de farmácia do cidadão, distribuindo medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e da Rede de Atenção Psicossocial, 15 farmácias dentro da estrutura das USAFA, distribuindo medicamentos do Componente Básico e 3 farmácias na Rede de Urgência, distribuindo internamente medicamentos e materiais médico hospitalares, além de 01 farmácia na Unidade de Infectologia Willian Rocha.

Odontologia: A rede municipal de saúde bucal atua nas 21 Unidades da Atenção Básica, no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), na Rede de Urgência e Emergência PS Dr. Matheus Santamaria, PS Vicente de Carvalho, PS Perequê, Serviço de Internação e Atenção Domiciliar (SIAD), além de atuar em parceria com a Secretaria de Educação no Programa Saúde na Escola (PSE).

Urgência e Emergência: Mantivemos neste exercício 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA Enseada) e 4 Pronto Socorros. Todas as unidades ofertam serviço de atendimento de 24 horas de urgência e emergência dentro da municipalidade, com quadro completo de clínicos socorristas. Contamos com atendimentos de pediatria, no complexo pediátrico PAM Rodoviária, no PS infantil em Vicente de Carvalho e UPA Enseada, que ofereceram ainda exames de imagem, laboratoriais e eletrocardiogramas.

Em parceria com a Universidade Unoeste a estrutura da antiga UPA Jd. Boa Esperança foi readequada parcialmente com a entrega da nova sede do SAMU.

Visando a melhoria da estrutura e o acesso aos usuários de Vicente de Carvalho a Secretaria de Saúde concluiu o processo licitatório para a construção da UPA Vicente de Carvalho que abrigará os serviços do PS Vicente de Carvalho existente, porém aguarda início da obra por problemas de realinhamento de preço solicitado pela empresa vencedora.

SAMU composto por 01 SAV (UTI), 04 Suporte Básico, 02 motolâncias lotadas na base central (Situada na Avenida Mário Daige), além de 01 ambulância de Suporte Básico lotada na UPA Enseada e

1 no Guaiabê, oferecendo atendimento a ocorrência sem ambiente pré-hospitalar por chamados realizados via 192 em todo o município.

Apontamos inconsistências no número de equipamentos de gestão municipal apresentados no quadro 5.1 que será devidamente atualizado no exercício 2022.

6. PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRABALHANDO NO SUS. PERÍODO: 12/2021

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs Enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	172	87	146	501	253
	Intermediados por outra entidade (08)	212	74	132	407	0
	Autônomos (0209, 0210)	43	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	4	0	22	1	0
	Bolsistas (07)	42	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	2	0	10	5	0
	Autônomos (0209, 0210)	11	0	3	3	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	14	21	21	77	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	2	0	0	1	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) - Data da consulta: 21/07/2020.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	19	16	14	22
	Celetistas (0105)	21	21	21	21
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	12	9	6
	Bolsistas (07)	51	47	37	38
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1.301	1.305	1.311	1.431
	Intermediados por outra entidade (08)	329	615	742	1.016
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	7	29	32

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	5	5	5	5
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	4	7	6	75

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Data da consulta: 21/07/2020.

Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

No exercício de 2021, a rede manteve uma média de 1.614 servidores efetivos, lotados nas várias áreas de atuação da rede própria, sendo profissionais na área administrativa/suporte (Agentes Administrativos, Motoristas, Auxiliares de Serviços, Vigia, etc.), 77 estagiários, 31 cargos comissionados e 392 contratos temporários.

Foram mantidos os contratos com a Organização Social “Instituto Pró Vida”, no gerenciamento de 15 Unidades de Saúde da Família, contando 43 equipes implantadas e 3 Equipes de NASF com aproximadamente 715 profissionais, e no contrato da Urgência e Emergência no gerenciamento da

Unidade de Pronto Atendimento Dr. Matheus Santamaria, porém devido a apontamentos de irregularidades no contrato da OS Pró Vida a Secretaria de Saúde assumiu por intervenção a gestão das USAFA'S e PS Dr. Matheus Santamaria.

Em paralelo a intervenção e por impedimento da Lei Complementar nº 173 que impedia a contratação de profissionais até dezembro de 2021, a gestão realizou um processo seletivo para contratação de profissionais em reposição das unidades em questão.

Mantivemos o contrato com a OS ACENI que atua no PS Vicente de Carvalho.

No Programa Mais Médicos foram 45 profissionais atendendo nas diversas unidades de saúde da Atenção Básica.

A Secretaria manteve a contratação por RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) de profissionais para suprir a Rede de Urgência e Especialidades. Contamos ainda com o apoio de 5 aprendizes (CAMPG) e 8 colaboradores com vínculo estadual.

7. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS

7.1 Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ 1. Reduzir e prevenir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

OBJETIVO 1: Contribuir para o monitoramento da mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que representam a maior causa de óbitos em todo o país. Além de ser um importante parâmetro para planejamento e pactuação de serviços de saúde, em todos os níveis de atenção, voltados aos portadores de doenças crônicas.

N	Tipo	Indicador	Meta
1	U	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	436,73

Meta atingida (431,51 p/100.000 habitantes).

OBJETIVO 2: Evidencia o conjunto de imóveis localizados em áreas infestadas pelo vetor e o quantitativo que realmente foi visitado pelos agentes de controle de endemias, preferencialmente em articulação com os agentes comunitários de saúde, em cada ciclo.

N	Tipo	Indicador	Meta
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	3

Meta atingida (3 ciclos).

OBJETIVO 3: Identificar as ocupações que apresentam maiores incidências de agravos relacionados ao trabalho, possibilitando a definição de ações de promoção, prevenção, vigilância e assistência, de forma mais adequada.

N	Tipo	Indicador	Meta
23	U	Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	89,74%

Meta atingida – 96%.

DIRETRIZ Nº-2 Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

OBJETIVO 1: Permite detectar casos de óbitos maternos não declarados ou descartar, após investigação, a possibilidade de os óbitos dessas mulheres terem sido maternos, independente da causa declarada no registro original. Possibilita, também, identificar fatores determinantes que originaram o óbito materno, com o objetivo de apoiar os gestores locais na adoção de medidas direcionadas a resolver o problema, que possam evitar a ocorrência de eventos similares.

N	Tipo	Indicador	Meta
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	98

Meta atingida (100%).

OBJETIVO 2: Possibilita a inferência sobre a qualidade das informações relativas às causas de mortalidade, pela aferição da participação proporcional dos óbitos com causa definida no total de óbitos não fetais notificados.

N	Tipo	Indicador	Meta
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	99

Meta atingida (99%).

DIRETRIZ Nº-3 Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

OBJETIVO 1: As vacinas selecionadas estão voltadas para o controle de doenças de significativa importância, sendo fundamental a manutenção de elevadas e homogêneas coberturas vacinais como estratégia para manter e ou avançar em relação à situação atual: • a vacina Pentavalente, que previne a difteria, tétano, coqueluche e infecções por Haemophilus influenzae tipo B e hepatite B; • a vacina Pneumocócica 10-valente, que previne as infecções causadas pelo pneumococo, responsável por doenças com elevadas cargas de mortalidade e morbidade na população infantil; • a vacina poliomielite, para a prevenção da doença do mesmo nome, em fase de erradicação global; e, • A vacina tríplice viral, para a prevenção do sarampo e rubéola, doenças com compromisso de eliminação na região das Américas.

N	Tipo	Indicador	Meta
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª U dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	75

Meta não atingida (0). As vacinas selecionadas deveriam atingir acima de 95%, porém a execução foi: Penta 79,09%, Pneumo 77,41%, Pólio 72,98% e Tríplice Viral 82,47%. Apontamos a baixa procura dos usuários devido a pandemia do Covid 19, a fragilidade na permanência das equipes treinadas nas salas de vacina por parte da OS Pró Vida, além de inconsistências na alimentação e fragilidade do Sistema Nacional SPNI para E-sus.

OBJETIVO 2: Este indicador representa a capacidade de detecção de eventos de saúde pública e qualifica a informação, sendo relevante, pois envolve todos as doenças e agravos que são de notificação compulsória imediata, cujas medidas de prevenção e controle estão previstas. Permite avaliar e monitorar a capacidade de resolução das investigações de casos registrados e a atualização do Sinan.

N	Tipo	Indicador	Meta
5	U	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	80

Meta não atingida (75%). Em decorrência da pandemia do Covid-19 houve atraso no retorno dos resultados dos laboratórios de referência para conclusão dos casos, além do envolvimento da equipe mínima da vigilância priorizando as ações do Covid.

OBJETIVO 3: Possibilita a inferência sobre a qualidade do atendimento dos serviços de saúde à pessoa acometida pela hanseníase, expressando a efetividade desses serviços em assegurar a adesão ao tratamento até a alta. É de grande relevância, uma vez que a cura se refletirá na redução dos focos de contágio da doença e contribuirá para prevenção das incapacidades físicas. Nesse contexto, chama-se atenção para o custo elevado dos programas de reabilitação, que oneram a gestão, restringindo o investimento em ações preventivas.

N	Tipo	Indicador	Meta
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	88

Meta atingida (100%).

OBJETIVO 4: O indicador objetiva mensurar e monitorar os novos casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade e expressa a qualidade do pré-natal, uma vez que a sífilis pode ser diagnosticada e tratada em duas oportunidades: durante a gestação e durante o parto. O tratamento da gestante reduz a probabilidade de transmissão vertical da sífilis e, conseqüentemente, a sífilis congênita.

N	Tipo	Indicador	Meta
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	25

Meta não atingida (47). Pré Natal tardio e alteração de exames laboratoriais de RN de mães com tratamento concluído, além de todas as dificuldades de ações de campo (busca ativa) devido ao Covid e a fragilidade da Atenção Primária à Saúde.

OBJETIVO 5: Expressa o número de casos novos de aids na população de menores de 5 anos de idade, residente em determinado local, no ano considerado, medindo o risco de ocorrência de casos novos de aids nessa população.

N	Tipo	Indicador	Meta
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	0

Meta atingida (0).

OBJETIVO 6: Avalia a proporção de amostras de água analisadas conforme determinado pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, inferindo na qualidade da água consumida pela população.

N	Tipo	Indicador	Meta
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	66,91%

Meta atingida (68,10%).

DIRETRIZ Nº4. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

OBJETIVO 1: Análise de variações geográficas e temporais no acesso a exames preventivos para câncer do colo do útero da população feminina na faixa etária de 25 a 64 anos, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. O principal método e o mais amplamente utilizado para rastreamento de câncer do colo do útero é o teste de Papanicolaou (exame citopatológico do colo do útero) para detecção das lesões precursoras. Com uma cobertura da população alvo de no mínimo 80% e a garantia de diagnóstico e tratamento adequados dos casos

alterados, é possível reduzir em média 60% a 90% da incidência de câncer invasivo de cérvix na população (WHO, 2002). A rotina preconizada no rastreamento brasileiro, assim como nos países desenvolvidos, é a repetição do exame de Papanicolau a cada três anos, após dois exames normais consecutivos no intervalo de um ano, em mulheres de 25 a 64 anos.

N	Tipo	Indicador	Meta
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,47

Meta não atingida (0,38). Em decorrência da pandemia do Covid-19 pela baixa procura do serviço de mulheres nesta faixa etária, mesmo com a oferta de serviços tanto nas rotinas como na Campanha do Outubro Rosa.

OBJETIVO 2: Medir o acesso e a realização de exames de rastreamento de câncer de mama pelas mulheres de 50 a 69 anos. Estima-se que cerca de 25% a 30% das mortes por câncer de mama na população entre 50 e 69 anos podem ser evitadas com estratégias de rastreamento populacional que garantam alta cobertura da população-alvo, qualidade dos exames e tratamento adequado (WHO, 2008). A mamografia e o exame clínico das mamas (ECM) são os métodos preconizados para o rastreamento de câncer de mama na rotina de atenção integral à saúde da mulher. Preconiza-se a realização da mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de 02 em 02 anos.

N	Tipo	Indicador	Meta
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	0,42

Meta não atingida (0,33) em decorrência da pandemia do Covid-19 pela baixa procura do serviço de mulheres nesta faixa etária, mesmo com a oferta de serviços tanto nas rotinas como na Campanha do Outubro Rosa.

OBJETIVO 3: Indicador selecionado considerando a centralidade da Atenção Básica no SUS, com a proposta de constituir-se como ordenadora do cuidado nos sistemas loco regionais de Saúde e eixo estruturante de programas e projetos; além de favorecer a capacidade resolutiva e os processos de territorialização e regionalização em saúde.

N	Tipo	Indicador	Meta
17	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	63,03%

Meta não atingida (56,66%). Devido a vários apontamentos no contrato da OS Pró Vida que gerenciava as Unidades de Saúde da Família, a gestão optou pela intervenção do contrato em março de 2021 que ocasionou a saída de diversos profissionais. Em decorrência desta intervenção e impedimento na realização de concurso público pela Lei Complementar 173/2020 a Secretaria de Saúde realizou um processo seletivo para a reposição destes profissionais, ocasionando inconsistências no nº profissionais nos sistemas impactando diretamente na queda da cobertura.

OBJETIVO 4: Monitorar as famílias beneficiárias do PBF (famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de Saúde) no que se refere às condicionalidades de Saúde, que tem por objetivo ofertar ações básicas, potencializando a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuindo para a sua inclusão social

N	Tipo	Indicador	Meta
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	47,69

Meta não atingida em decorrência da pandemia do Covid-19 (37,44%).

OBJETIVO 5: Medir a ampliação de acesso a serviços de saúde bucal na população no âmbito da Atenção Básica. Possibilitar a análise da situação atual dos serviços ofertados, estimar a necessidade de melhorias e onde devem ser realizadas. Subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o acesso aos serviços da Rede de Atenção à Saúde

N	Tipo	Indicador	Meta
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	53,76%

Meta não atingida (49,05%). Devido a vários apontamentos no contrato da OS Pró Vida que gerenciava as Unidades de Saúde da Família, a gestão optou pela intervenção do contrato em março de 2021 que ocasionou a saída de diversos profissionais. Em decorrência desta intervenção e impedimento na realização de concurso público pela Lei Complementar 173/2020 a Secretaria de Saúde realizou um processo seletivo para a reposição destes profissionais, ocasionando inconsistências no nº profissionais nos sistemas impactando diretamente na cobertura.

OBJETIVO 6: A integração da Atenção Primária no cuidado em saúde mental constitui uma diretriz internacional para reorganização dos sistemas de saúde, além de constituir uma tarefa imprescindível para alcance de um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“Para 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por enfermidades não transmissíveis mediante a prevenção, tratamento e promoção da saúde mental e bem estar”). Na legislação brasileira vigente, a Atenção Básica em Saúde constitui um dos principais componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e tem a responsabilidade de desenvolver ações de promoção, prevenção e cuidado dos transtornos mentais, ações de redução de danos e cuidado para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, de forma compartilhada, sempre que necessário, com os demais pontos da rede (Port. nº- 3.088/ 2011). Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS-2013), a Atenção Básica já constitui o principal ponto de atenção utilizado pelas pessoas com transtornos mentais leves, como a depressão.

N	Tipo	Indicador	Meta
21	E	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	50

Meta atingida (50%).

DIRETRIZ Nº 5 - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adultos e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

OBJETIVO 1: Avaliar o acesso e a qualidade da assistência pré-natal e ao parto, supondo que uma boa assistência aumente o percentual de partos normais. Analisa variações geográficas e temporais da proporção de partos normais, identificando situações de desigualdade e tendências que demandam ações e estudos específicos. Contribui na análise da qualidade da assistência ao parto e das condições de acesso aos serviços de saúde, no contexto do modelo assistencial adotado. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Destacar a necessidade de articulação de estratégias para redução do parto cesáreo entre os gestores do SUS e gestores dos planos privados de saúde, mediada pela regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

N	Tipo	Indicador	Meta
13	U	Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	46,63

Meta atingida (47,22%).

OBJETIVO 2: Monitora a tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos no Brasil com o objetivo de nortear as ações de saúde nas unidades básicas, escolas (programa saúde na escola) e maternidades no território. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes.

N	Tipo	Indicador	Meta
14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	13,17%

Meta atingida (12,39%).

OBJETIVO 3: Monitorar a assistência pré-natal, a vinculação da gestante ao local de ocorrência do parto evitando a sua peregrinação e as boas práticas durante o atendimento ao parto e nascimento e a qualidade da atenção hospitalar ofertada a crianças menores de 1 ano. É importante acompanhar a Taxa de Mortalidade Infantil e seus componentes, pois, a taxa de mortalidade neonatal vem caindo em menor velocidade comparado à mortalidade infantil pós-neonatal, especialmente nos estados das regiões norte e nordeste. A mortalidade neonatal precoce representa de 60 a 70% da mortalidade infantil, sendo que 25% destas mortes ocorrem no primeiro dia de vida. No período neonatal concentram-se riscos biológicos, ambientais, socioeconômicos e culturais, havendo necessidade de cuidados especiais; com atuação oportuna, integral e qualificada de proteção social e de saúde, direitos esses reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).

N	Tipo	Indicador	Meta
15	U	Taxa de mortalidade infantil	14,6

Meta não atingida (16,05%). A mortalidade infantil é um importante indicador de saúde. No ano de 2021 a razão de mortalidade infantil foi de 16,1% (61 óbitos por 1.000 nascidos vivos), acima da meta do Município que tem como principal prioridade a sua redução. No âmbito da vigilância de óbito, em especial a investigação do óbito infantil, tem como objetivos: determinar o perfil de mortalidade, identificamos que 17,7 % das causas eram óbitos devido a malformações fetais, portanto inevitáveis. O maior percentual 51,6% está relacionado à atenção à mulher na gestação, 8,1% à atenção à mulher no parto, 8,1 % à atenção ao feto e recém-nascido e 11,3% ao diagnóstico e tratamento, sendo que todos os casos foram classificados como evitáveis. Vários fatores estão relacionados à taxa de mortalidade infantil, enfatizamos a necessidade de melhorias ao pré-natal na atenção primária, implementação das ações de educação permanente para os profissionais da atenção primária, secundária e terciária para aplicação de protocolos e atuação direta nas medidas de prevenção. A mobilização tem que ser de todos e não somente dos profissionais da saúde que estão relacionados ao ciclo gravídico puerperal, somente com o envolvimento da sociedade poderemos reduzir a taxa de mortalidade infantil, pois está relacionada às condições de vida e saúde da população.

OBJETIVO 4: Avaliar o acesso e a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto, supondo que uma boa assistência pautada nas boas práticas de atenção ao parto e nascimento reduzem as mortes maternas evitáveis. Considerando que as principais causas de mortes são hipertensão, hemorragia e infecções perinatais. Analisar variações geográficas e temporais do número de óbitos maternos, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. Contribuir na análise da qualidade da assistência ao parto e das condições de acesso aos serviços de saúde, no contexto do modelo assistencial adotado. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher. Destacar a necessidade de articulação de estratégias para redução do número de óbitos maternos entre os gestores do SUS e gestores dos planos privados de saúde, mediada pela regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

N	Tipo	Indicador	Meta
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	2

Meta não atingida (4), dos quatro óbitos maternos, 3 foram por Covid-19, estando relacionados a demora na indicação da vacinação e manejo do cuidado às gestantes com covid e 1 óbito relacionado a complicações de infecção gástrica. Enfatizamos a necessidade de melhorias ao pré-natal na atenção primária, implementação das ações de educação permanente para os profissionais da atenção primária, secundária e terciária para aplicação de protocolos e atuação direta nas medidas de prevenção.

7.2 Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção			
Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programa da para o exercício	Resultado
122 - Administração Geral	IMPLEMENTAR CONSELHOS GESTORES EM TODAS AS UNIDADES E SERVIÇOS	21	6
	IMPLANTAR FÓRUMS DE GESTÃO COMPARTILHADA - COLEGIADO GESTOR CENTRAL SEMANAL - COLEGIADO DE GESTÃO COM TODOS OS GESTORES MENSAL - POR ÁREA E POR TERRITÓRIO	90	50
	ESTRUTURAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A SAÚDE DO GUARUJÁ (ELABORAR PLANO DE EP)	0	1
	REVER O ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE SAÚDE	0	2
	AVALIAR A NECESSIDADE DA COBERTURA DA SAÚDE DA FAMÍLIA NOS BAIROS (CACHOEIRA, PAECARA E PRAINHA)	1	0
	IDENTIFICAR E PRIORIZAR AS AÇÕES DE EP NA GESTÃO (A PARTIR DAS MARCAS E PRIORIDADES ESTABELECIDAS NO PES)	1	1
	DEFINIR OS MACRO TERRITÓRIOS E OS TERRITÓRIOS DE CADA SERVIÇO DE SAÚDE	4	4
	IMPLANTAR SALA DE SITUAÇÃO PARA MONITORAR O IMPACTO DOS INDICADORES E ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO E DAS PRIORIDADES	0	1
	UNIFICAR O TRABALHO DE TODAS AS UBS A PARTIR DOS MESMOS PRINCÍPIOS	21	21
	IMPLANTAR PLATAFORMA DE INTERAÇÃO SOCIAL (APP)	0	0
	COMPOR A EQUIPE DE EP COM REPRESENTANTES DAS DIRETORIAS/COORDENADORIAS (TODAS)	4	0
	REORGANIZAR O PROCESSO DE APOIO PARA TODA A REDE, UNIFICANDO COM NASF E ARTICULAR COM EP	16	15
	ENVOLVER E RESPONSABILIZAR AS EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA COM ESTA META	49	49
	AMPLIAR E QUALIFICAR A UTILIZAÇÃO DA HOME-PAGE E DE OUTRAS MÍDIAS SOCIAIS	1	0
	IMPLEMENTAR COMITÊS GESTORES NOS DIFERENTES NÍVEIS DE GESTÃO/ATENÇÃO À SAÚDE, FAVORECENDO A GESTÃO COMPARTILHADA	8	8
	IMPLANTAR ACS EM TODAS AS UNIDADES BÁSICAS	90,00	58%
	DESENVOLVER AÇÕES PARA SENSIBILIZAR GESTORES E EQUIPES QUANTO AOS FUNDAMENTOS E IMPORTÂNCIA DA EP	20	5
	IMPLANTAR MATRICIAMENTO DA REDE ESPECIALIZADA COM A REDE BÁSICA REVENDO FLUXOS	16	15
GARANTIR ORÇAMENTO COMPATÍVEL E QUE EXPRESSE AS PRIORIDADES	2	2	

DEFINIR ARRANJOS DIFERENTES DE EQUIPE CONFORME AS REALIDADES TERRITORIAIS NA ESF	1	1
IMPLEMENTAR OUVIDORIA DA SAÚDE	0	0
ESTUDAR CRIAÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO PARA GERENTES DE TODAS AS USAFAS QUE DEVEM RESPONDER DIRETAMENTE À SESAU	4	0
DETALHAR A NECESSIDADE DE RETAGUARDA HOSPITALAR E PACTUAR NA CIR	1	1
CRIAR ESPAÇOS DE COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PN	2	2
ELABORAR PROJETO VISANDO A CAPTAÇÃO DE RECURSOS (PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DAS PRIORIDADES)	3	6
PROMOVER AÇÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E EDUCAÇÃO CONTINUADA COM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	1	0
FORTALECER OS NEPS JÁ EXISTENTES (CONTROLE DE VETORES E SAMU)	2	2
APOIO À EP PARA DAR CONTINUIDADE, CREDIBILIDADE E ADEÇÃO AO PROCESSO	90,00	50
FORTELECIMENTO DA REGULAÇÃO MUNICIPAL	0	0
PAUTAR E DISCUTIR NO CMS AS PRIORIDADES E PROGRAMAS DA SESAU	12	12
ORGANIZAR ESPAÇOS INTERNOS DE DISCUSSÃO DE CASO NAS UNIDADES	16	16
ARTICULAR APOIADORES REGIONAIS PARA FORTALECER FUNÇÕES E PROJETOS DE EP	100,00	100
INCORPORAR SERVIÇOS HOSPITALARES NA REDE SUS	4	4
AMPLIAR O NÚMERO DE VAGAS PARA O PN DE ALTO RISCO NO HGA	0,00	0
REVER AS MODALIDADES E INSTRUMENTOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	2	10
REALIZAR CONFERÊNCIA PARTICIPATIVA, COLOCANDO EM DISCUSSÃO AS PRIORIDADES E DIRETRIZES PARA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE (2018-2021)	0,00	100
APROXIMAÇÃO COM UNIVERSIDADES LOCAIS PARA DELINEAMENTO DE PESQUISAS E CAMPO DE ESTÁGIO E AÇÕES ENSINO-SERVIÇO	3	1
AMPLIAR HORÁRIO DAS UBS / USAFA	2	0
ESTABELECEER COM CLAREZA O QUE SERÁ CONTRATADO	3	3
FORTELECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	22	0
CRIAR MECANISMOS DE APROXIMAÇÃO PARA DISCUSSÃO DO SUS E DA SAÚDE DO GUARUJÁ COM AS SOCIEDADES DE MELHORAMENTOS DE BAIRROS, COM UNIVERSIDADES, ESCOLAS, IGREJAS, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E CÂMARA	12	12
CRIAR MECANISMOS PARA GESTÃO DOS CONTRATOS	3	1
VALORIZAR AS PRESTAÇÕES DE CONTAS QUADRIMESTRAIS	3	3

IMPLEMENTAR PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, INCLUSIVE AS DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE ACORDO COM AS PRIORIDADES APRESENTADAS	0	0
ARTICULAR AÇÕES DE EP COM SETORES COMO GESTÃO DE RH E MEDICINA DO TRABALHO	1	0
APRIMORAR O PROCESSO DE SELEÇÃO E LICITAÇÃO	1	1
IMPLANTAR CAIXAS E LIVROS DE SUGESTÕES E CRÍTICAS (DISCUTIR E RESPONDÊ-LAS)	32	32
REALIZAR PESQUISAS DE SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS PERIÓDICAS	32	0
REACTUAR COM HOSPITAL SANTO AMARO O CUIDADO INTRA HOSPITALAR (EQUIPE, QUALIFICAÇÃO)	1	1
DELIMITAR CLARAMENTE EM CONTRATO AS RESPONSABILIDADES DE CADA PARTE (SESAU E PARCEIRO) EM RELAÇÃO A EP E EC	2	1
INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DE EP, CONSIDERANDO-AS NA PROGRESSÃO DO SERVIDOR (LEI 135)	1	0
AMPLIAR REFERÊNCIA ESPECIALIZADA	80,00	80
IMPLANTAR APOIO PSICOLÓGICO PARA O PN DE RISCO NO AMBULATÓRIO	1	1
REESTRUTURAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE SANITÁRIO	1	1
IMPLANTAR SOFTWARE DE PRONTUÁRIO ELETRÔNICO INTEGRADO EM TODA A REDE	1	0
PACTUAR E MONITORAR A REALIZAÇÃO DE CESÁREA (%) NO HOSPITAL SANTO AMARO	12	12
CONSIDERAR METAS DAS UNIDADES PARA PROGRESSÃO DO SERVIDOR	5	0
INTEGRAÇÕES DE EP E APOIO NOS TERRITÓRIOS	1	1
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA AS SALAS VERMELHAS	5	5
ACOMPANHAR A QUALIFICAÇÃO DOS LEITOS DE UTI NEO NO HOSP. STO AMARO (EQUIPAMENTOS)	1	1
FORTALECER AS PACTUAÇÕES MUNICIPAIS E REGIONAIS	12	12
IMPLANTAR - SENSIBILIZAR E CAPACITAR - ACOLHIMENTO HUMANIZADO NAS UNIDADES DA REDE	90,00	90
INTENSIFICAR AÇÕES JUNTO AO COLETIVO DE GINECOLOGISTAS DA CIDADE (PÚBLICO E PRIVADO)	3	3
QUALIFICAR O SISTEMA DE REGULAÇÃO - TRABALHAR FILAS, RELAÇÃO COM PRESTADORES, ETC.	100,00	100
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	4	4
PUBLICIZAÇÃO UPA DR. MATHEUS SANTAMARIA	0	1
IMPLANTAR MONITORAMENTO REMOTO PARA AMPLIAR SEGURANÇA NAS UNIDADES	15	15

	ADEQUAR E QUALIFICAR O SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA CONFORME PORTARIA MS VIGENTE	7	7
	IMPLANTAR PROJETO DE READEQUAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES (COM CRONOGRAMA)	1	1
	GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA A DIMINUIÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO MUNICÍPIO	100,00	100
	REFORMA E REABERTURA DA UPA BOA ESPERANÇA	0	0
	CRIAR PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	80,00	100
	REDIMENSIONAR OS RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE	1	1
	IMPLEMENTAR O PCCS DA SAÚDE	1	0
	PRODUZIR DIAGNÓSTICO PARA CONHECER O RH DA SAÚDE POR MEIO DE UM CENSO E A CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE TALENTOS	0	0
	PACTUAR COM O SERVIÇO OCUPACIONAL NOVAS REGRAS PARA RESTRIÇÃO FUNCIONAL	40,00	12,33
	QUALIFICAR, ADEQUAR E ESTRUTURAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, COM VISTAS AO APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES DE SELEÇÃO, PROGRAMAÇÃO, AQUISIÇÃO, ARMAZENAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	80,00	80
	REEQUIPAR A ESTRUTURA TECNOLÓGICA DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO	70	70
	AVALIAR E GARANTIR OS INSUMOS BÁSICOS PARA O PN NA REDE BÁSICA	80,00	80
	FORTALECER A HUMANIZAÇÃO EM TODA A REDE	100,00	100
	PUBLICIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	0	2
301 - Atenção Básica	IMPLEMENTAR CONSELHOS GESTORES EM TODAS AS UNIDADES E SERVIÇOS	21	6
	ESTRUTURAR A BUSCA ATIVA EM TODAS AS UNIDADES COM DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE	21	21
	AVALIAR A NECESSIDADE DA COBERTURA DA SAÚDE DA FAMÍLIA NOS BAIRROS (CACHOEIRA, PAECARA E PRAINHA)	1	0
	UNIFICAR O TRABALHO DE TODAS AS UBS A PARTIR DOS MESMOS PRINCÍPIOS	21	21
	DEFINIR OS MACRO TERRITÓRIOS E OS TERRITÓRIOS DE CADA SERVIÇO DE SAÚDE	4	4
	DEFINIR A TERRITORIALIZAÇÃO PARA AS UNIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	100,00	13,34
	IMPLANTAR ACS EM TODAS AS UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	90,00	58%
	ENVOLVER E RESPONSABILIZAR AS EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA COM ESTA META	49	49
	DEFINIR ARRANJOS DIFERENTES DE EQUIPE CONFORME AS REALIDADES TERRITORIAIS NA ESF	1	1
	IMPLANTAR MATRICIAMENTO DA REDE ESPECIALIZADA COM A REDE BÁSICA REVENDO FLUXOS	16	15

MONITORAR O PROTOCOLO DO PRÉ NATAL EM TODAS AS UNIDADES DA AB	21	21
ESTUDAR CRIAÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO PARA GERENTES DE TODAS AS USAFAS QUE DEVEM RESPONDER DIRETAMENTE À SESAU	4	0
DETALHAR A NECESSIDADE DE RETAGUARDA HOSPITALAR E PACTUAR NA CIR	1	1
CRIAR ESPAÇOS DE COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PN	2	2
ORGANIZAR ESPAÇOS INTERNOS DE DISCUSSÃO DE CASO NAS UNIDADES	16	16
TRABALHAR AÇÕES DE APOIO À ADESÃO DA MULHER AO PN	21	21
IMPLEMENTAR AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	10	84
AMPLIAR O NÚMERO DE VAGAS PARA O PN DE ALTO RISCO NO HGA	0,00	0
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	22	0
AMPLIAR HORÁRIO DAS UBS / USAFA	2	0
AVALIAR E GARANTIR OS INSUMOS BÁSICOS PARA O PN NA REDE BÁSICA	21	21
INCENTIVAR E MONITORAR A REALIZAÇÃO DE GRUPOS DE GESTANTE NA REDE BÁSICA	21	0
IMPLANTAR CAIXAS E LIVROS DE SUGESTÕES E CRÍTICAS (DISCUTIR E RESPONDÊ-LAS)	32	32
CRIAR MARCADOR PARA INFECÇÃO URINÁRIA EM GESTANTE	1	1
REALIZAR PESQUISAS DE SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS PERIÓDICAS	32	0
ESTABELECEMETAS E COMPROMISSOS DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS	80,00	80
AMPLIAR REFERÊNCIA ESPECIALIZADA	80,00	80
IMPLANTAR - SENSIBILIZAR E CAPACITAR - ACOLHIMENTO HUMANIZADO NAS UNIDADES DA REDE	90,00	90
QUALIFICAR O SISTEMA DE REGULAÇÃO - TRABALHAR FILAS, RELAÇÃO COM PRESTADORES, ETC.	100,00	100
AMPLIAR E DESCENTRALIZAR PLANEJAMENTO FAMILIAR PARA GRUPOS VULNERÁVEIS	21	22
COMPREENDER MELHOR E RESOLVER OS PROBLEMAS DE QUALIDADE DO US OBSTÉTRICO	100,00	100
GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA A DIMINUIÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO MUNICÍPIO	100,00	100
IMPLANTAR PROJETO DE READEQUAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES (COM CRONOGRAMA)	1	1
AVALIAR E GARANTIR OS INSUMOS BÁSICOS PARA O PN NA REDE BÁSICA	80,00	80
FORTALECER A HUMANIZAÇÃO EM TODA A REDE	100,00	100
PUBLICIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	0	2

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	DEFINIR OS MACRO TERRITÓRIOS E OS TERRITÓRIOS DE CADA SERVIÇO DE SAÚDE	4	4
	FORTALECER OS NEPS JÁ EXISTENTES (CONTROLE DE VETORES E SAMU)	2	2
	DETALHAR A NECESSIDADE DE RETAGUARDA HOSPITALAR E PACTUAR NA CIR	1	1
	TRANSFORMAR TODOS OS CAPS EM CAPS III	4	1
	IMPLANTAR CAIXAS E LIVROS DE SUGESTÕES E CRÍTICAS (DISCUTIR E RESPONDÊ-LAS)	32	32
	IMPLANTAR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NAS UPAS COM DIVULGAÇÃO À POPULAÇÃO	3	3
	REALIZAR PESQUISAS DE SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS PERIÓDICAS	32	0
	REORGANIZAR A ATENÇÃO FARMACÊUTICA NAS UPASs	1	2
	ESTABELECEER METAS E COMPROMISSOS DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS	80,00	80
	AMPLIAR REFERÊNCIA ESPECIALIZADA	80,00	80
	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA AS SALAS VERMELHAS	5	5
	IMPLANTAR - SENSIBILIZAR E CAPACITAR - ACOLHIMENTO HUMANIZADO NAS UNIDADES DA REDE	90,00	90
	QUALIFICAR O SISTEMA DE REGULAÇÃO - TRABALHAR FILAS, RELAÇÃO COM PRESTADORES, ETC.	100,00	100
	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	4	4
	PUBLICIZAÇÃO UPA DR. MATHEUS SANTAMARIA	0	1
	ADEQUAR E QUALIFICAR O SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA CONFORME PORTARIA MS VIGENTE	7	7
	IMPLANTAR PROJETO DE READEQUAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES (COM CRONOGRAMA)	1	1
	QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	80,00	85
PUBLICIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	0	2	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	DEFINIR OS MACRO TERRITÓRIOS E OS TERRITÓRIOS DE CADA SERVIÇO DE SAÚDE	4	4
	AVALIAR E GARANTIR OS INSUMOS BÁSICOS PARA O PN NA REDE BÁSICA	21	21
	REORGANIZAR A ATENÇÃO FARMACÊUTICA NAS UPASs	1	2
	QUALIFICAR, ADEQUAR E ESTRUTURAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, COM VISTAS AO APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES DE SELEÇÃO, PROGRAMAÇÃO, AQUISIÇÃO, ARMAZENAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	80,00	80
	AVALIAR E GARANTIR OS INSUMOS BÁSICOS PARA O PN NA REDE BÁSICA	80,00	80
	REPOSIÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO PARA 02 MÉDICOS VETERINÁRIOS, 05 AUXILIARES CONTROLE DE ZOOSE, 32 AGENTES DE CONTROLE DE ENDEMIAS,05 FISCAIS	0	0

304 - Vigilância Sanitária	MUNICIPAIS, 01 ENGENHEIRO, 02 AUXILIARES DE FISCALIZAÇÃO, 02 ENFERMEIROS, 02 TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E 08 ASSISTENTES ADMINISTRATIVO		
	DEFINIR OS MACRO TERRITÓRIOS E OS TERRITÓRIOS DE CADA SERVIÇO DE SAÚDE	4	4
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA RELACIONADAS AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (SVO)	0	0
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO RELACIONADOS AO PROGRAMA DE IST/AIDS/HEPATITES	80,00	100
	GARANTIR AS EXECUÇÕES DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA CONFORME O PROGRAMAÇÃO ANUAL DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAVISA	50,00	100
	PROPOSTAS MUNICIPAIS CONFERÊNCIA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80,00	100
	IMPLANTAR - SENSIBILIZAR E CAPACITAR - ACOLHIMENTO HUMANIZADO NAS UNIDADES DA REDE	90,00	90
	COMPREENDER MELHOR E RESOLVER OS PROBLEMAS DE QUALIDADE DO US OBSTÉTRICO	100,00	100
	GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA A DIMINUIÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO MUNICÍPIO	100,00	100
	IMPLANTAR PROJETO DE READEQUAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES (COM CRONOGRAMA)	1	1
305 - Vigilância Epidemioló- gica	REPOSIÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO PARA 02 MÉDICOS VETERINÁRIOS, 05 AUXILIARES CONTROLE DE ZONOSE, 32 AGENTES DE CONTROLE DE ENDEMIAS, 05 FISCAIS MUNICIPAIS, 01 ENGENHEIRO, 02 AUXILIARES DE FISCALIZAÇÃO, 02 ENFERMEIROS, 02 TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E 08 ASSISTENTES ADMINISTRATIVO	0	0
	DEFINIR OS MACRO TERRITÓRIOS E OS TERRITÓRIOS DE CADA SERVIÇO DE SAÚDE	4	4
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA RELACIONADAS À IMUNIZAÇÃO	21	21
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA RELACIONADAS AO CONTROLE DE ENDEMIAS	80,00	100
	FORTALECER OS NEPS JÁ EXISTENTES (CONTROLE DE VETORES E SAMU)	2	2
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA RELACIONADAS AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (SVO)	0	0
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA RELACIONADAS AO PROGRAMA DE TUBERCULOSE	80,00	77,25
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO RELACIONADOS AO PROGRAMA DE IST/AIDS/HEPATITES	80,00	100
	GARANTIR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA RELACIONADAS AO CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES	0	0
	PROPOSTAS MUNICIPAIS CONFERÊNCIA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80,00	100
OFERTAR SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	80,00	339	

	ESTABELECEER METAS E COMPROMISSOS DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS	80,00	80
	IMPLANTAR PROJETO DE READEQUAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES (COM CRONOGRAMA)	1	1
306 - Alimentação e Nutrição	DEFINIR OS MACRO TERRITÓRIOS E OS TERRITÓRIOS DE CADA SERVIÇO DE SAÚDE	4	4
	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	22	0

Análise e Considerações sobre Programação Anual de Saúde – PAS

Em decorrência da Pandemia do Covid-19 muitas ações mantiveram -se prejudicadas neste exercício, todos os serviços foram mantidos, porém, com restrições atendendo as normativas ministeriais.

Devido a vários apontamentos no contrato da Organização Pró Vida que gerenciava as 15 Unidades de Saúde da Família e o PS Dr. Matheus Santamaria, a gestão realizou a intervenção dos referidos contratos em março de 2021, ocasionando diversos problemas principalmente do RH existente. Em paralelo a esta intervenção, a Secretaria de Saúde optou pela realização de um processo seletivo simplificado devido ao impedimento pela Lei Complementar nº 173/2020, que impedia a realização de concurso público até 31 de dezembro de 2021, para substituição dos contratados da OS Pró Vida.

Diante destes enfrentamentos, atrelados às inconsistências nos bancos de dados que inviabilizaram o alcance de alguns indicadores, por subnotificação, a gestão alcançou 56% das metas pactuadas.

Ainda assim, priorizamos a contratação de empresa especializada para a implantação do prontuário eletrônico, atualmente com processo licitatório em tramitação.

8. INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA

Nº	Indicador	Tipo	Meta ano 2021	Resultado Anual	% alcance da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e Doenças respiratórias crônicas)	U	436,73	431,51	100%	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	98	100,00%	100%	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	99	99%	100%	Percentual

4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	75	0	0	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após a notificação.	U	80	75%	93%	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	88	100%	100%	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	N/A	N/A	N/A	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	25	47	0	Número
9	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	U	0	0	100%	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e Turbidez	U	66,91%	68,10%	100%	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,47	0,38	80,85%	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,42	0,33	78,57%	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	46,63	47,22%	100%	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	13,17%	12,39%	100%	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	14,6	16,05	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	2	4	0	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	63,03%	56,66%	89%	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	47,69%	37,44%	79%	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	53,76%	49,05%	91%	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	50%	50,00	100%	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	3	3	100%	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	89,74%	96%	100%	Percentual
24	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados		98%	100%	100%	Percentual
25	Proporção de óbitos maternos investigados		100%	100%	100%	Percentual

26	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados.	Ind.2	-			
27	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar por critério laboratorial.		80	77,25%	97%	Percentual
28	Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.		99	99,67%	100%	Percentual
29	Proporção de pacientes HIV+ com 1º CD4 inferior a 200cel/mm3.		19	17%	100%	Percentual
30	Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase examinados		100%	70%	70%	Percentual

Fonte: Banco de dados, Secretaria de Saúde de Guarujá. OBS: Procedimentos para a pactuação conforme Resolução CIT 08, de 24 de novembro de 2016.

Análise e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa.

Em decorrência da Pandemia do Covid-19 muitas ações mantiveram-se prejudicadas neste exercício, todos os serviços foram mantidos, porém, com restrições atendendo as normativas ministeriais.

Devido a vários apontamentos no contrato da Organização Pró Vida que gerenciava as 15 Unidades de Saúde da Família e o PS Dr. Matheus Santamaria, a gestão realizou a intervenção dos referidos contratos em março de 2021, ocasionando diversos problemas principalmente do RH existente. Em paralelo a esta intervenção, a Secretaria de Saúde optou pela realização de um processo seletivo simplificado devido ao impedimento pela Lei Complementar nº 173/2020, que impedia a realização de concurso público até 31 de dezembro de 2021, para substituição dos contratados da OS Pró Vida.

Diante destes enfrentamentos, atrelados às inconsistências nos bancos de dados que inviabilizaram o alcance de alguns indicadores, por subnotificação, a gestão alcançou 56% das metas pactuadas. Apontamos a alteração do método de cálculo disponibilizado pelo Sistema Egestor para o exercício 2021, porém com liberação somente em 2022 que inviabilizou o alcance da meta pactuada.

Ainda assim, priorizamos a contratação de empresa especializada para a implantação do prontuário eletrônico, atualmente com processo licitatório em tramitação.

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

9.1 Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa.

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção										
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	48.798.395,50	25.308.705,23	4.322.635,03	0,00	0,00	0,00	168.461,87	78.598.197,63
	Capital	0,00	0,00	1.140.539,66	418.885,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.559.425,52
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	195.955.183,36	79.427.186,73	10.105.522,06	0,00	0,00	0,00	9.912.473,84	295.400.365,99
	Capital	0,00	646.259,79	762.635,18	40.058,22	0,00	0,00	0,00	164.518,55	1.613.471,74
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	3.597.035,49	2.727.158,95	1.354.035,47	0,00	0,00	0,00	44.186,50	7.722.416,41
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	3.048.767,58	30.476,74	0,00	0,00	0,00	0,00	148.124,35	3.227.368,67
	Capital	0,00	0,00	5.412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.412,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	12.513.633,20	2.202.772,27	214.095,52	0,00	0,00	0,00	66.747,45	14.997.248,44
	Capital	0,00	18.865,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.865,88
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	29.452.808,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.452.808,72
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	294.030.949,52	111.604.886,76	16.455.232,16	0,00	0,00	0,00	10.504.512,56	432.595.581,00

(*) ASPs: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: SIOPS - Data da consulta 09/03/2022

9.2 Indicadores do Ente Federado

Indicador		Transmissão única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do município	45,62 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do município	35,24 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o município	17,19 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no município	88,22 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o município	44,20 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do município	61,50 %
2.1	Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do município, por habitante	R\$ 1.349,92
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	34,51 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,31%
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	53,49%
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,74%
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,71%
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	28,33%
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	23,71%

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Data da consulta: 09/03/2022

Observação:

a) Os indicadores 2.1 a 3.1 ao serem demonstrados na Situação de Entrega estão sendo calculados pela segunda fase da despesa, ou seja, empenhada. Esta fase é considerada visando atender as disposições da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, sobre os demonstrativos que deverão compor o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (PT/STN: 560/01, 517/02, 441/03, 471/04, 587/05 e 663/06).

b) O indicador 3.2 (Participação da receita própria aplicada em Saúde) é calculado em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000 e a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 322, de 08 de maio de 2003. Pela metodologia adotada pela equipe responsável pelo SIOPS, o cálculo tradicional do indicador 3.2 tem sido realizado baseado nas seguintes fases da despesa:

9.3 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	922.400.000,00	925.233.741,36	911.283.491,34	98,49
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	618.375.000,00	592.335.410,62	523.718.023,42	88,42
IPTU	392.630.000,00	379.824.666,26	400.017.650,41	105,32
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	225.745.000,00	212.510.744,36	123.700.373,01	58,21
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	37.633.000,00	57.134.829,56	98.101.907,99	171,70
ITBI	37.632.000,00	57.134.079,59	98.101.907,99	171,70
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	749,97	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	177.544.000,00	188.895.055,59	211.066.964,11	111,74
ISS	161.731.000,00	174.728.758,37	204.977.615,78	117,31
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	15.813.000,00	14.166.297,22	6.089.348,33	42,98
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	88.848.000,00	86.868.445,59	78.396.595,82	90,25
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	245.955.000,00	260.396.506,49	317.187.022,27	121,81
Cota-Parte FPM	65.150.000,00	73.227.177,06	88.032.432,14	120,22
Cota-Parte ITR	15.000,00	16.912,45	32.618,21	192,87
Cota-Parte do IPVA	34.750.000,00	36.050.452,22	39.402.885,89	109,30
Cota-Parte do ICMS	144.410.000,00	149.431.834,96	188.309.918,90	126,02
Cota-Parte do IPI - Exportação	920.000,00	1.033.020,32	1.409.167,13	136,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	710.000,00	637.109,48	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	710.000,00	637.109,48	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	1.168.355.000,00	1.185.630.247,85	1.228.470.513,61	103,61

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	43.700.000,00	49.077.902,25	48.798.395,50	99,43	48.769.205,44	99,37	47.774.529,87	97,34	29.190,06
Despesas Correntes	43.450.000,00	49.077.902,25	48.798.395,50	99,43	48.769.205,44	99,37	47.774.529,87	97,34	29.190,06
Despesas de Capital	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	164.254.000,00	198.323.316,41	196.601.443,15	99,13	195.686.989,03	98,67	192.426.830,36	97,03	914.454,12
Despesas Correntes	157.451.000,00	197.507.524,02	195.955.183,36	99,21	195.271.736,44	98,87	192.317.592,47	97,37	683.446,92
Despesas de Capital	6.803.000,00	815.792,39	646.259,79	79,22	415.252,59	50,90	109.237,89	13,39	231.007,20
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO (VI)	4.600.000,00	3.729.178,09	3.597.035,49	96,46	3.372.423,74	90,43	3.115.747,36	83,55	224.611,75
Despesas Correntes	4.600.000,00	3.729.178,09	3.597.035,49	96,46	3.372.423,74	90,43	3.115.747,36	83,55	224.611,75
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	3.940.000,00	3.242.428,92	3.048.767,58	94,03	3.025.255,89	93,30	3.008.953,46	92,80	23.511,69
Despesas Correntes	3.890.000,00	3.242.428,92	3.048.767,58	94,03	3.025.255,89	93,30	3.008.953,46	92,80	23.511,69
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	15.460.000,00	12.756.409,96	12.532.499,08	98,24	12.438.503,90	97,51	12.373.910,73	97,00	93.995,18
Despesas Correntes	15.259.000,00	12.735.748,99	12.513.633,20	98,26	12.427.842,92	97,58	12.363.249,75	97,08	85.790,28
Despesas de Capital	201.000,00	20.660,97	18.865,88	91,31	10.660,98	51,60	10.660,98	51,60	8.204,90
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	25.651.000,00	27.067.775,79	26.760.759,13	98,87	26.600.614,35	98,27	26.298.155,95	97,16	160.144,78
Despesas Correntes	25.581.000,00	27.057.775,79	26.760.759,13	98,90	26.600.614,35	98,31	26.298.155,95	97,19	160.144,78
Despesas de Capital	70.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	257.605.000,00	294.197.011,42	291.338.899,93	99,03	289.892.992,35	98,54	284.998.127,73	96,87	1.445.907,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	291.338.899,93	289.892.992,35	284.998.127,73
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	291.338.899,93	289.892.992,35	284.998.127,73
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			184.270.577,04
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	107.068.322,89	105.622.415,31	100.727.550,69
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	23,71	23,59	23,19

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2021	184.270.577,04	291.338.899,93	107.068.322,89	6.340.772,20	0,00	0,00	0,00	6.340.772,20	0,00	107.068.322,89
Empenhos de 2020	147.075.240,55	266.447.766,81	119.372.526,26	11.389.521,89	3.752.809,29	0,00	9.952.789,77	354.913,24	1.081.818,88	122.043.516,67
Empenhos de 2019	150.686.455,39	221.870.586,43	71.184.131,04	7.620.824,44	844.097,01	0,00	7.259.313,08	12.998,24	348.513,12	71.679.714,93
Empenhos de 2018	131.942.900,31	192.398.676,76	60.455.776,45	1.646.377,17	1.646.377,17	0,00	1.294.958,46	1.300,00	350.118,71	61.752.034,91
Empenhos de 2017	122.427.610,69	166.604.543,40	44.176.932,71	2.811.580,83	2.709.192,87	0,00	2.659.462,27	0,00	152.118,56	46.734.007,02
Empenhos de 2016	116.770.523,45	147.299.078,81	30.528.555,36	2.996.797,61	2.996.797,61	0,00	2.548.368,90	0,00	448.428,71	33.076.924,26
Empenhos de 2015	113.248.401,12	151.219.180,90	37.970.779,78	3.265.700,84	2.934.960,69	0,00	2.666.284,82	0,00	599.416,02	40.306.324,45
Empenhos de 2014	111.371.897,59	143.065.217,68	31.693.320,09	1.038.275,30	1.038.275,30	0,00	829.145,92	0,00	209.129,38	32.522.466,01
Empenhos de 2013	107.734.465,32	149.863.326,18	42.128.860,86	898.151,19	898.151,19	0,00	820.453,26	0,00	77.697,93	42.949.314,12

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	91.011.000,00	96.668.560,95	122.543.551,55	126,77
Provenientes da União	87.468.000,00	93.399.490,22	108.214.839,42	115,86
Provenientes dos Estados	3.543.000,00	3.269.070,73	14.328.712,13	438,31
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	22.356,56	114.534,26	512,31
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	91.011.000,00	96.690.917,51	122.658.085,81	126,86

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	21.188.000,00	33.553.450,00	31.359.227,65	93,46	29.278.699,47	87,26	28.796.862,87	85,82	2.080.528,18
Despesas Correntes	20.004.000,00	30.574.189,25	29.799.802,13	97,47	28.327.790,51	92,65	27.891.731,33	91,23	1.472.011,62
Despesas de Capital	1.184.000,00	2.979.260,75	1.559.425,52	52,34	950.908,96	31,92	905.131,54	30,38	608.516,56
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	71.313.000,00	115.152.309,37	100.412.394,58	87,20	96.151.855,57	83,50	93.148.685,43	80,89	4.260.539,01
Despesas Correntes	70.843.000,00	109.396.230,52	99.445.182,63	90,90	95.993.492,55	87,75	92.991.812,41	85,00	3.451.690,08
Despesas de Capital	470.000,00	5.756.078,85	967.211,95	16,80	158.363,02	2,75	156.873,02	2,73	808.848,93
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	2.851.000,00	4.155.979,17	4.125.380,92	99,26	3.834.324,22	92,26	3.807.135,26	91,61	291.056,70
Despesas Correntes	2.851.000,00	4.155.979,17	4.125.380,92	99,26	3.834.324,22	92,26	3.807.135,26	91,61	291.056,70
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	609.000,00	371.268,21	184.013,09	49,56	135.895,09	36,60	21.373,49	5,76	48.118,00
Despesas Correntes	609.000,00	364.268,20	178.601,09	49,03	130.483,09	35,82	15.961,49	4,38	48.118,00
Despesas de Capital	0,00	7.000,01	5.412,00	77,31	5.412,00	77,31	5.412,00	77,31	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	2.720.000,00	3.919.936,27	2.483.615,24	63,36	2.132.489,84	54,40	2.095.282,06	53,45	351.125,40
Despesas Correntes	2.660.000,00	3.712.054,54	2.483.615,24	66,91	2.132.489,84	57,45	2.095.282,06	56,45	351.125,40
Despesas de Capital	60.000,00	207.881,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	3.256.000,00	2.700.000,00	2.692.049,59	99,71	2.691.442,59	99,68	2.691.442,59	99,68	607,00
Despesas Correntes	2.786.000,00	2.700.000,00	2.692.049,59	99,71	2.691.442,59	99,68	2.691.442,59	99,68	607,00
Despesas de Capital	470.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	101.937.000,00	159.852.943,02	141.256.681,07	88,37	134.224.706,78	83,97	130.560.781,70	81,68	7.031.974,29

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	64.888.000,00	82.631.352,25	80.157.623,15	97,01	78.047.904,91	94,45	76.571.392,74	92,67	2.109.718,24
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	235.567.000,00	313.475.625,78	297.013.837,73	94,75	291.838.844,60	93,10	285.575.515,79	91,10	5.174.993,13
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	7.451.000,00	7.885.157,26	7.722.416,41	97,94	7.206.747,96	91,40	6.922.882,62	87,80	515.668,45
VIGILANCIA SANITARIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	4.549.000,00	3.613.697,13	3.232.780,67	89,46	3.161.150,98	87,48	3.030.326,95	83,86	71.629,69
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	18.180.000,00	16.676.346,23	15.016.114,32	90,04	14.570.993,74	87,38	14.469.192,79	86,76	445.120,58
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	28.907.000,00	29.767.775,79	29.452.808,72	98,94	29.292.056,94	98,40	28.989.598,54	97,39	160.751,78
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	359.542.000,00	454.049.954,44	432.595.581,00	95,27	424.117.699,13	93,41	415.558.909,43	91,52	8.477.881,87
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	98.727.000,00	157.114.850,36	138.564.631,48	88,19	131.533.264,19	83,72	127.869.339,11	81,39	7.031.367,29
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	260.815.000,00	296.935.104,08	294.030.949,52	99,02	292.584.434,94	98,53	287.689.570,32	96,89	1.446.514,58

FONTE: SIOPS, Guarujá, data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 03/03/22 10:57:58

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Relatório já homologado pelo Gestor do SUS para este ano/período: 2021 / 6º Bimestre, clique aqui para visualizar.

9.4 Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Função	Programa de Trabalho	Valor Transferido FNS	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	10302	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	162.507,00	-
	10301	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	199.997,00	-
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10303	ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	24.000,00	-
	10303	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	1.890.708,12	1.890.708,12
	10302	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	57.903.314,87	57.843.519,38
	10302	FAEC	4.223.322,36	3.817.497,26
	10302	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	300.000,00	300.000,00
	10302	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	100.000,00	100.000,00
	10302	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.243.896,00	1.243.896,00
	10302	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	250.000,00	250.000,00
	10302	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.000.000,00	1.000.000,00
	10302	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	400.000,00	400.000,00
	10302	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	100.000,00	100.000,00
	10302	SAMU 192	1.333.500,00	1.008.805,40
	10301	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	4.352.400,00	4.282.200,00
	10301	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE E JOVEM	11.497,14	-
	10301	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE CEGONHA	8.116,43	-

Função	Programa de Trabalho	Valor Transferido FNS	Valor Executado
10301	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	10.661.106,96	10.661.106,96
10301	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	1.664.100,00	1.664.100,00
10301	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	1.712.832,39	1.712.832,39
10301	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	4.090.000,00	4.090.000,00
10302	IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	35.000,00	-
10305	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	1.623.550,00	1.334.000,00
10305	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS EXECUÇÃO AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA	193.650,00	16.736,74
10305	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	680.375,69	490.520,49
10305	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	354.244,32	216.485,47

Fonte: Fundo Nacional de Saúde e CONAN. Consulta: abril de 2022.

9.5 Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	
Descrição do recurso	Valor do Recurso
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	11.905.568,41
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	25.143,71
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVÍRUS (COVID-19)	11.930.712,12

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.713.332,81	11.704.362,81	11.550.990,81
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	11.713.332,81	11.704.362,81	11.550.990,81

Fonte: Fundo Nacional de Saúde e CONAN. Consulta: abril de 2022.

9.6 Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - COVID-19	
Descrição do recurso	Valor do Recurso
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	27.311.427,33
Total	27.311.427,33

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	381.178,53	381.178,53	381.178,53
Atenção Básica	156.956,74	156.956,74	156.956,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	16.196.846,55	16.196.846,55	16.196.846,55
Suporte profilático e terapêutico	629.111,41	629.111,41	629.111,41
Vigilância Sanitária	16.224,33	16.224,33	16.224,33
Vigilância Epidemiológica	184.841,28	184.841,28	184.841,28
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	7.937.311,01	7.261.337,23	5.417.959,29
Total	25.502.469,85	24.826.496,07	22.983.118,13

** os valores das informações complementares, trata-se de recursos do Tesouro aplicados através de Emendas Impositivas*

9.7 Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)

Descrição do recurso	Valor do Recurso
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância - nacional - Coronavírus (COVID-19)	3.171.902,81
Total	3.171.902,81

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	234.096,03	229.771,02	229.771,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.852.964,75	2.852.964,75	2.849.152,82
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	3.087.060,78	3.082.735,77	3.078.923,84

Fonte: Fundo Nacional de Saúde e CONAN. Consulta: abril de 2022.

Análises e Considerações da Execução Orçamentária e Financeira.

As planilhas apresentadas correspondem aos dados do SIOPS e do Fundo Nacional de Saúde. No exercício, o município atingiu 23,71% de aplicação de seus recursos em saúde, acima da exigência constitucional, sendo acima da média dos níveis de aplicação dos últimos anos, entretanto é importante destacar que este aumento se deve as necessidades para o enfrentamento da pandemia do Covid-19

10. AUDITORIA

Apresentamos abaixo as atividades de auditorias realizadas em 2021, onde o demandante e o órgão responsável foi a Secretaria de Saúde de Guarujá.

Unidade Auditada	Finalidade	Status	Recomendações
Clínica Radiológica de Guarujá	Avaliação/Controle de SADT'S trimestralmente realizados no exercício	Ação Contínua	Adequação no preenchimento correto SADT'S
Laboratório de Análises Clínicas Itapema	Avaliação eventual de SADT's	Eventual	Adequação no preenchimento correto SADT'S e identificação do paciente
Autorização para procedimentos referenciados de média e alta complexidade	Avaliação, Controle e Autorização diários dos procedimentos referenciados	Ação Contínua	-
Autorização para controle APAC's de Especialidades	Autorização/Controle/Avaliação de APAC's e Laudos (Oncologia/Oftalmo/Diálise (Nefro) e AIH'S)	Ação contínua	Preenchimento adequado de laudos e APACS
Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	Avaliação, Autorização e controle de laudos e APAC's de procedimentos nas especialidades odontológicas mensalmente	Ação contínua	Preenchimento adequado de laudos e APACS e identificação dos pacientes.

Análises e Considerações sobre Auditorias: A Secretaria de Saúde de Guarujá não conta com Componente Municipal de Auditoria, entretanto em 2021 realizou algumas ações nos prestadores de serviço e próprios municipais, com foco no acompanhamento e regularização do controle, avaliação e autorização dos procedimentos realizados.

11. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nos últimos anos o município vem sofrendo inúmeros desafios na saúde pública, como a queda na arrecadação, atrasos de repasses, sub-financiamento e o alto índice de desemprego que ampliou o número de usuários diretos do SUS, agravado de forma relevante pela pandemia do Covid-19 que impactou em toda a estrutura da rede saúde.

As fragilidades na execução dos contratos com as Organizações Sociais com mudanças constantes de profissionais e sistemas, entre outros apontamentos, geraram a intervenção no Contrato da Organização Social Pró Vida em março de 2021 nas 15 Unidades de Saúde da Família e no Pronto Socorro Dr Matheus Santamaria, além das baixas de profissionais do Programa Mais Médicos foram fatores decisivos para a fragmentação da assistência.

O crônico déficit de leitos regionais e a alta demanda devido à pandemia do Covid -19 impactou de forma negativa no acesso aos usuários. Ainda assim, apesar desse cenário desfavorável, a gestão trabalhou ativamente na execução das ações planejadas.

Com vista a qualificação da Atenção Primária em Saúde e fixação de especialistas médicos nesta área, avançamos com a implantação da Residência de Medicina de Família e Comunidade executado diretamente pelo município, através do COAPES (Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino e Saúde) em parceria com a UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista) com 3 residentes atuando como R1 nas USAFA'S Las Palmas e Jardim Brasil. Neste ano realizamos o Processo Seletivo para preenchimento de 08 vagas de residentes para início de 2022.

Reconhecemos a necessidade de melhoria contínua nas ações de saúde, principalmente no que tange à organização, financiamento, humanização e educação permanente, buscando um sistema mais eficiente e eficaz.

12. RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Promover a estabilidade, continuidade das ações e serviços visando à execução do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, contemplando as diretrizes do SUS. Assumimos o compromisso de alcançar os objetivos estabelecidos na área da saúde com uma equipe de profissionais comprometida e com a melhoria dos serviços de saúde pública de nossa municipalidade.

13. ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SAÚDE

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DOSE CERTA - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA FUNDO ESTADUAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2021

Recurso	Valor Pactuado 2021	Saldo do Ano de 2020	Valor Financeiro Recebido em 2021	Valor de Rendimento em Aplicações	Valor Total Disponível para 2021	Recurso total Empenhado em 2021	Recurso total Executado (Pago) em 2021	% de Execução 2021
Estadual	R\$ 596.053,74	537.556,93	596.053,76		1.133.610,69	919.369,91	779.188,53	68,74%
Total Estadual	R\$ 596.053,74	537.556,93	596.053,76	R\$ 0,00	1.133.610,69	919.369,91	779.188,53	

POPULAÇÃO REFERENC 324.977 HABITANTES
 FONTE: IBGE



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SAÚDE

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

ANEXO II

DEMONSTRATIVO GLICEMIA NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - JANEIRO A DEZEMBRO 2021

Recurso	Valor Pactuado 2021	Saldo do Ano de 2020	Valor Financeiro Recebido em 2021	Valor de Rendimento em Aplicações Financeiras	Valor Total Disponível para 2021	Recurso total Empenhado em 2021	Recurso total Executado (Pago) em 2021	% de Execução 2021
Estadual	R\$ 160.229,50	184.860,21	160.229,52		345.089,73	334.579,46	331.671,74	96,11%
Total Estadual	R\$ 160.229,50	184.860,21	160.229,52	R\$ 0,00	345.089,73	334.579,46	331.671,74	

POPULAÇÃO REFERENCIADA = 324.977 HABITANTES
 FONTE: IBGE



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SAÚDE

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2021

Recurso	Valor Pactuado 2021	Saldo do Ano de 2020	Valor Financeiro Recebido em 2021	Valor de Rendimento em Aplicações Financeiras	Valor Total Disponível para 2021	Recurso total Empenhado em 2021	Recurso total Executado (Pago) em 2021	% de Execução 2021
Estadual	R\$ 1.291.000,00	542.169,02	1.291.000,00		1.833.169,02	1.742.105,31	1.611.183,41	87,80%
Total Estadual	R\$ 1.291.000,00	542.169,02	1.291.000,00	R\$ 0,00	1.833.169,02	1.742.105,31	1.611.183,41	

POPULAÇÃO REFERENCIADA = 324.977 HABITANTES
 FONTE: IBGE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ**

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SAÚDE

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

ANEXO IV - MONITORAMENTO DE EMENDAS FEDERAIS GUARUJÁ 2021**INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS (MAC)**

Nº da Proposta	Valor (R\$)	PORTARIA	CNES	DEPUTADO	DATA DO CRÉDITO	EXECUÇÃO
36000.3612352/02-100	R\$ 250.000,00	PORTARIA Nº 1.464, DE 30 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	NILTO TATTO - PT	CRÉDITO 15.10.2021	Plano Operativo HSA
36000.3599212/02-100	R\$ 400.000,00	PORTARIA Nº 1.464, DE 30 DE JUNHO DE 2021	2754843 - HSA	ROSANA VALLE - PSB	CRÉDITO 15.10.2021	Proc nº 5163/22 repasse TA nº 02 PO HSA
36000.3599052/02-100	R\$ 1.000.000,00	PORTARIA Nº 1.464, DE 30 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	ABOU ANNI - PSL	CRÉDITO 15.10.2021	Contrato nº 27.18 Pró Vida Urgência
36000.3747792/02-100	R\$ 100.000,00	PORTARIA Nº 1.464, DE 30 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	GENERAL PETERNELI - PSL	CRÉDITO 15.10.2021	Aquisição de material médico (pinças) e medicamentos
36000.3874642/02-100	R\$ 100.000,00	PORTARIA Nº 1.433, DE 28 DE JUNHO DE 2021	2754843 - HSA	RELATOR GERAL (GUILHERME PEIXOTO) - PSL	CRÉDITO 07.07.21	Proc nº 5163/22 repasse TA nº 02 PO HSA
36000.3889862/02-100	R\$ 300.000,00	PORTARIA Nº 1.433, DE 28 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	RELATOR GERAL (MARCOS PEREIRA) - REPUBLICANOS	CRÉDITO 07.07.21	Material Médico Hospitalar (Tira de glicemia/peças para rede de gases/agulha/bisturi, etc)
36000.3931552/02-100	R\$ 1.243.896,00	PORTARIA Nº 1.528, DE 06 DE JULHO DE 2021	2754843 - HSA	VINICIUS POIT - NOVO	CRÉDITO 30.08.21	Proc nº 5163/22 repasse TA nº 02 PO HSA
36000.4136882/02-100	R\$ 100.000,00	PORTARIA Nº 2.980, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021	2047683 - SESAU	GUILHERME DERRITE	CRÉDITO 25.02.2022	Será utilizado na aquisição de Implanon no exercício 2022
TOTAL	R\$ 3.493.896,00					

INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS (PAB)

Nº da Proposta	Valor (R\$)	STATUS	CNES	DEPUTADO	DATA DO CRÉDITO	EXECUÇÃO
36000.3576572/02-100	R\$ 1.000.000,00	PORTARIA Nº 1.290, DE 22 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	ABOU ANNI - PSL	CRÉDITO 01.09.21	Contrato nº 67.19 Pró Vida Atenção Básica
36000.3576632/02-100	R\$ 230.000,00	PORTARIA Nº 1.290, DE 22 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	ALEXANDRE PADILHA - PT	CRÉDITO 01.09.21	Aquisição de material médico e medicamentos
36000.3576872/02-100	R\$ 500.000,00	PORTARIA Nº 1.290, DE 22 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	VINICIUS POIT - NOVO	CRÉDITO 01.09.21	Contrato nº 67.19 Pró Vida Atenção Básica
36000.3576732/02-100	R\$ 750.000,00	PORTARIA Nº 1.290, DE 22 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	NILTO TATTO - PT	CRÉDITO 01.09.21	Contrato nº 67.19 Pró Vida Atenção Básica
36000.3576822/02-100	R\$ 60.000,00	PORTARIA Nº 1.290, DE 22 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	RENATA ABREU - PODE	CRÉDITO 01.09.21	Aquisição de material médico e medicamentos
36000.3878602/02-100	R\$ 350.000,00	PORTARIA Nº 1.468, DE 30 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	RELATOR GERAL - GUILHERME DERRITE	CRÉDITO 09.07.2021	Aquisição de material médico
36000.3886252/02-100	R\$ 1.200.000,00	PORTARIA Nº 1.468, DE 30 DE JUNHO DE 2021	2047683 - SESAU	RELATOR GERAL - (ALEX MANENTI (1.000.000 - EMENDA 81000794). Saldo de R\$ 200.000,00 sem identificação do parlamentar	CRÉDITO 09.07.2021	Aquisição de material médico e medicamentos
36000.4241362/02-100	R\$ 200.000,00	PORTARIA Nº 4.107, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021	2047684 - SESAU	GUILHERME MUSSI	CRÉDITO 22.03.2022	Será utilizada em material médico e medicamentos
TOTAL	R\$ 4.290.000,00					

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Nº da Proposta	Valor (R\$)	STATUS	CNES	DEPUTADO	DATA DO CRÉDITO	UTILIZAÇÃO
11814.4540001/21-002	R\$ 62.520,00	PORTARIA Nº 2.072, DE 20 DE AGOSTO DE 2021	FISIO GJA E VC	VINICIUS POIT	CRÉDITO 20.10.2021	Em elaboração de termo de referência para aq de eq para FISIO GUARUJA E VC
11814.4540001/21-003	R\$ 99.987,00	PORTARIA Nº 2.029, DE 18 DE AGOSTO DE 2021	SIAD	VINICIUS POIT	CRÉDITO 20.10.2021	Em elaboração de termo de referência para aq de eq para o SIAD
11814.4540001/21-004	R\$ 337.333,00	PORTARIA Nº 3.128, DE 11 NOVEMBRO DE 2021	CROOF E ARE	VINICIUS POIT	CRÉDITO 22.02.2022	Em elaboração de termo de referência para aq de eq para CROOF e ARE
TOTAL	R\$ 499.840,00					

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Nº da Proposta	Valor (R\$)	STATUS	CNES	DEPUTADO	DATA DO CRÉDITO	UTILIZAÇÃO
11814.4540001/21-005	R\$ 199.997,00	PORTARIA Nº 2.184, DE 30 DE AGOSTO DE 2021	UBS/USAFAS	MARIA ROSAS	CRÉDITO 21.12.2021	Em elaboração de termo de referência para aq de equipamentos Odonto e ECG para UBS/USAFAS
TOTAL	R\$ 199.997,00					



ANEXO V - MONITORAMENTO DE EMENDAS ESTADUAIS GUARUJÁ 2021

Atualização: Março de 2022

Nº da Emenda/Resposta	Valor	Convênio / Resolução	Objeto	Tipo de Recurso	Deputado	Data do crédito	Execução
2021.015.20342	R\$ 50.000,00	Convênio nº 194/21	Controle da pop. de coque e gases	Custeio	Bruno Ganem	13/10/21	Aquisição de material médico e medicamentos para Castiagem e microchipagem de coque e gases em fase de aquisição
2021.076.21438/04359	R\$ 200.000,00	SS-86	Aquisição de veículo odontológico móvel	Equipamento	Caio França	11/06/21	Saldo a utilizar no exercício 2022
2021.032.20573/04551	R\$ 200.000,00	SS-86	Custeio	Custeio	Delegado Olim	11/06/21	Serviço de Oftalmologia em processo de Credenciamento
2021.036.20638/04514	R\$ 100.000,00	SS-86	Aquisição de Equipamentos	Equipamento	Dra Damazio Moura	11/06/21	Aquisição de fermentaria (sem amarelo) (1) motor especial (1) compressor de ar (1) máquina desentupidora de tubos de 1/2" até 3" (1); furadeira de mosquito profissional (3); furadeira de bancada 12hp (0,37kw) (1) 4 vol (1) serra roscas orbital (3); serra de esquadria (1); parafusadeira (1) adeta de impazo 1/2 pol (3) alicate anel (1) (3); martelo compactador 5,4 kg (1); plano elétrica (1); serra de esquadria (1); bomba submersa vibratória (1); detector de parede (1); e serralheira angular profissional 4 1/2" (1) (5mm) (3); máquina de solda inversora 200a (1); kit andamo 1,0 x 1,5m (2); encoradeira industrial 220 volts (3); lavadora de alta pressão 220v (3); scanner baricó (3); impressora multifuncional colorida bulk-ink-tipo (2)
2021.036.20691/04769	R\$ 100.000,00	SS-86	Aquisição de equipamentos Via Rápida	Equipamento	Luiz Fernando Teixeira	11/06/21	Em elaboração de termo de referência
2021.062.20970/04826	R\$ 250.000,00	SS-86	Custeio de atividades de saúde, especial hidioterapia e reabilitação	Custeio	Marcio Nakashima	11/06/21	Chamamento público em andamento IPA nº 20.554/21
2021.074.21028/04971	R\$ 500.000,00	SS-86	Custeio	Custeio	Prof Kenny	11/06/21	Custeio da entidade AVOS R\$ 499.039,60
2021.074.21028/04970	R\$ 250.000,00	SS-86	Custeio	Custeio	Prof Kenny	11/06/21	Saldo a utilizar em 2022
2021.156.25163/06701	R\$ 250.000,00	SS-124	Custeio	Custeio	Sen. Mara Gabriel	16/09/21	Aquisição de material médico e medicamentos (utilizado R\$ 249.669,00)
2021.126.31727/06855	R\$ 5.000.000,00	SS-134	Custeio	Custeio	Herculano Passos	23/09/21	Itapema Laboratório DABE R\$ 1.256.489,79; Locação de Veículos: Confiance R\$ 2.176.630,05 e FVS R\$ 419.040,00; C4 Fronteiriço Eletrônico R\$ 171.925,00; Consumo Geral (material de limpeza e esolatório) R\$ 344.085,00 - saldo de R\$ 28.578,00 a utilizar em 2022
202109625428/07609	R\$ 2.000.000,00	SS-143	Custeio	Custeio	Abou Anni	30/09/21	R\$ 979.772,30 para consumo DABE (medicamentos e consumo geral) com saldo de R\$ 20.227,71 R\$ 996.592,40 para consumo da urgência (medicamentos, consumo geral e materiais para manutenção) saldo R\$ 3.307,61 a utilizar em 2022
202105733473/08751	R\$ 100.000,00	SS-183	Custeio	Custeio	Sebastião Santos	22/12/22	Recurso de custeio a utilizar em 2022
Total	R\$ 9.000.000,00						



Revisão: Março de 2022

ANEXO VI - MONITORAMENTO DO FINANCIAMENTO CORONAVÍRUS (COVID-19)

RECURSOS FEDERAIS	TIPO DE RECURSO	VALOR	UTILIZAÇÃO	SALDO	STATUS	DATA DO CRÉDITO
PORTARIA GM/MS Nº 373, DE 2 DE MARÇO DE 2021 - Dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário. 7 leitos (janeiro/fevereiro/março 2021)	Custeio	R\$ 336.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	15/03/2021
PORTARIA GM/MS Nº 373, DE 2 DE MARÇO DE 2021 - Dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário. 7 leitos (janeiro/fevereiro/março 2021)	Custeio	R\$ 336.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	24/03/2021
PORTARIA GM/MS Nº 683, DE 13 DE ABRIL DE 2021 - Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. HSA	Custeio	R\$ 144.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	23/04/2021
PORTARIA GM/MS Nº 731, DE 16 DE ABRIL DE 2021 - Custeio de ações estratégicas de apoio à gestação, pré-natal e Puerpério - COVID-19 - R\$ 294.084,00	Custeio	R\$ 52.890,00	R\$ 55.242,00 Mat/Med R\$ 238.842,55 Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	17/05/2021
	Custeio	R\$ 16.124,00				
	Custeio	R\$ 34.400,00				
	Custeio	R\$ 180.000,00				
	Custeio	R\$ 10.670,00				
PORTARIA GM/MS Nº 735, DE 19 DE ABRIL DE 2021 - Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. HSA	Custeio	R\$ 480.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	30/04/2021
PORTARIA GM/MS Nº 737, DE 19 DE ABRIL DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 - (COVID-19). Hospital de Campanha Vicente de Carvalho - 2 Leitos	Custeio	R\$ 28.723,20	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	12/05/2021
PORTARIA GM/MS Nº 751, DE 20 DE ABRIL DE 2021 - Autoriza leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19. R\$ 201.062,40 - UPA Rodoviária (14 leitos) e R\$ 28.723,20 - UPA VC (2 leitos)	Custeio	R\$ 229.785,60	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	30/04/2021

PORTARIA GM/MS Nº 894, DE 11 DE MAIO DE 2021 - Institui, em caráter excepcional, incentivos financeiros federais de CUSTEIO no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a serem transferidos, em parcela única, enfrentamento Covid-19. IDOSOS, CRIANÇAS MENORES 7 ANOS, GRAVIDAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.	Custeio	R\$	990.059,73	Material Médico Hospitalar	R\$ 25.597,73	Recebido	17/05/2021
PORTARIA GM/MS Nº 897, DE 5 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional, o pagamento de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. HSA - 7 leitos	Custeio	R\$	336.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	12/05/2021
PORTARIA GM/MS Nº 1.059, DE 24 DE MAIO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar UTI TIPO II - HSA - 3 leitos - 10 leitos e 7 leitos. Medida Provisória 1043/2021	Custeio	R\$	960.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	31/05/2021
PORTARIA GM/MS Nº 1.033, DE 21 DE MAIO DE 2021 -- Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 - UPA Rodoviária	Custeio	R\$	43.084,80	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	31/05/2021
PORTARIA GM/MS Nº 1.135, DE 02 DE JUNHO DE 2021 -- Libera, em caráter excepcional a transferência e recurso financeiro para custeio de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 de UPA Rodoviária (14 leitos - R\$ 201.062,40) - PSYC (2 Leitos R\$ 28.723,20) e Hospital Campanha (2 Leitos R\$ 28.723,20).	Custeio	R\$	258.508,80	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	16/06/2021
PORTARIA GM/MS Nº 1.253, DE 18 DE JUNHO DE 2021 -- Incentivo financeiro federal de custeio aos municípios e Distrito Federal com equipes de Consultório na Rua , para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da Covid-19.	Custeio	R\$	17.808,94	-	R\$ 17.808,94	Recebido	25/06/2021
PORTARIA GM/MS Nº 1.407, DE 28 DE JUNHO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 dos estados e municípios - UPA Rodoviária (17 leitos - R\$ 244.147,20) - PSYC (2 Leitos R\$ 28.723,20) e Hospital Campanha (2 Leitos R\$ 28.723,20).	Custeio	R\$	301.593,60	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	07/07/2021
PORTARIA GM/MS Nº 1.453, DE 29 DE JUNHO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. HSA - 3 leitos - 10 leitos e 7 leitos	Custeio	R\$	144.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	07/07/2021
		R\$	480.000,00	Plano Operativo HSA			
		R\$	336.000,00	Plano Operativo HSA			
PORTARIA GM/MS Nº 1.966, DE 13 DE AGOSTO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 dos estados e municípios - HSA - 3 leitos - 10 leitos e 7 leitos	Custeio	R\$	144.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebido	23/08/2021
		R\$	480.000,00	Plano Operativo HSA			
		R\$	336.000,00	Plano Operativo HSA			

PORTARIA GM/MS Nº 2.006, DE 18 DE AGOSTO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 das unidades municipais - UPA Rodoviária (17 leitos - R\$ 244.147,20) - PSYC (2 Leitos R\$ 28.723,20) e Hospital Campanha (2 Leitos R\$ 28.723,20).	Curteio	R\$	301.593,60	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida - Devolver Recurso Hospital de Campanha conforme Portaria 3.361	25/08/2021
PORTARIA GM/MS Nº 2.237, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021 - Estabelece recursos financeiros para custeio para enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência da COVID-19. SIHSUS	Curteio	R\$	391.500,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	10/09/2021
PORTARIA GM/MS Nº 2.242, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 das unidades municipais - UPA Rodoviária (17 leitos - R\$ 244.147,20) - PSYC (2 Leitos R\$ 28.723,20) e Hospital Campanha (2 Leitos R\$ 28.723,20).	Curteio	R\$	301.593,60	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	17/09/2021
		R\$	201.062,40	Plano Operativo HSA			
		R\$	28.723,20	Plano Operativo HSA			
PORTARIA GM/MS Nº 2.595, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 das unidades municipais - UPA Rodoviária (14 leitos - R\$ 201.062,40) - PSYC (2 Leitos R\$ 28.723,20) e Hospital Campanha (2 Leitos R\$ 28.723,20).	Curteio	R\$	201.062,40	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	03/11/2021
		R\$	28.723,20	Plano Operativo HSA			
		R\$	28.723,20	Plano Operativo HSA			
PORTARIA GM/MS Nº 2.730, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 - HSA - 3 leitos - 10 leitos e 7 leitos	Curteio	R\$	144.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	27/10/2021
		R\$	480.000,00	Plano Operativo HSA			
		R\$	336.000,00	Plano Operativo HSA			
PORTARIA GM/MS Nº 2.999, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021 - Os recursos financeiros previstos no art. 1º desta Portaria são destinados ao custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da Epidemia COVID-19 relativa ao procedimento nº 0303010223 - Tratamento de Infecção pela Nova Coronavírus - COVID-19, prevista na Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de março de 2020.	Curteio	R\$	78.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	11/11/2021
PORTARIA GM/MS Nº 3.183, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, autorizada em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19. - PS Vicente de Carvalho - 2 leitos	Curteio	R\$	28.723,20	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Cancelada pela Portaria 3.361 de 03/12/2021	03/12/2021
PORTARIA GM/MS Nº 3.202, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (convertidas) para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 - HSA - 3 leitos - 10 leitos e 7 leitos	Curteio	R\$	144.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	03/12/2021
		R\$	480.000,00	Plano Operativo HSA			
		R\$	336.000,00	Plano Operativo HSA			
PORTARIA GM/MS Nº 3.313, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021 - Estabelece a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pela nova Coronavírus.	Curteio	R\$	30.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	03/12/2021
		R\$	144.000,00	Plano Operativo HSA			
		R\$	480.000,00	Plano Operativo HSA			
PORTARIA GM/MS Nº 3.340, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (convertidas) para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 - HSA - 3 leitos - 10 leitos e 7 leitos	Curteio	R\$	144.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	03/12/2021
		R\$	480.000,00	Plano Operativo HSA			
		R\$	336.000,00	Plano Operativo HSA			
PORTARIA GM/MS Nº 3.374, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021 - Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (convertidas) para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 - HSA - 3 leitos - 10 leitos e 7 leitos	Curteio	R\$	144.000,00	Plano Operativo HSA	R\$ 0,00	Recebida	03/01/2022
		R\$	480.000,00	Plano Operativo HSA			
		R\$	336.000,00	Plano Operativo HSA			
TOTAL RECEBIDO		R\$	11.905.567,87				
RECURSO UTILIZADO		R\$	11.862.161,20	SALDO A UTILIZAR	R\$		43.406,67

RECURSO GOVERNO ESTADUAL	TIPO DE RECURSO	VALORES EM CONTA	UTILIZAÇÃO	SALDO	STATUS	DATA DO CRÉDITO
Resolução SS-38, de 9-3-2021/COVID-19 - Curtoia das Ações de saúde na enfrentamento Covid-19	Curtoia	R\$ 198.711,22	Locação de Infraestrutura para rede de quarentena	R\$ 0,00	Recobida	16/03/2021
Resolução SS-82, de 25-05-2021/COVID-19 - Curtoia das Ações de saúde relacionadas à campanha de imunização contra a Covid-19	Curtoia	R\$ 322.750,00	Materiais Médicos Hospitalares. Utilizada R\$ 274.078,81	R\$ 48.671,19	Recobida	10/06/2021
TOTAL		R\$ 521.461,22	SALDO A UTILIZAR	R\$		48.671,19



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SAÚDE

Tel.: (13)308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

ANEXO VII - Resolução SS 62/2021 - Rastreamento, detecção precoce e controle do Câncer

Recurso	Valor Pactuado 2021	Saldo do Ano de 2020	Valor Financeiro Recebido em 2021	Valor de Rendimento em Aplicações Financeiras	Valor Total Disponível para 2021	Recurso total Empenhado em 2021	Recurso total Executado (Pago) em 2021	% de Execução 2021
Estadual	R\$ 75.353,27	0,00	75.353,27	R\$ 0,00	75.353,27	0,00	0,00	0,00%
	R\$ 34.172,77	0,00	34.172,77	R\$ 0,00	34.172,77	0,00	0,00	
Total Estadual	R\$ 109.526,04	0,00	109.526,04	R\$ 0,00	109.526,04	0,00	0,00	

Data do recebimento: 24/05/2021

Rastreamento Mama - R\$ 75.353,27

Rastreamento Colo - R\$ 34.172,77

Dr. Giuliano Altieri Vidotto
Secretário de Saúde, Guarujá, SP - 2022